

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Bacharelado em Serviço Social

Jessica Flores Mizoguchi

Serviço Social e Ação Popular no Brasil

Porto Alegre
2021

Jessica Flores Mizoguchi

Serviço Social e Ação Popular no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Thaisa Teixeira Closs

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Flores Mizoguchi, Jessica
Serviço Social e Ação Popular no Brasil / Jessica
Flores Mizoguchi. -- 2021.
83 f.
Orientador: Thaisa Teixeira Closs.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2021.

1. Serviço Social. 2. Ação Popular. 3. Fundamentos
do Serviço Social. 4. Erosão do Serviço Social
tradicional. 5. Renovação profissional. I. Teixeira
Closs, Thaisa, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jessica Flores Mizoguchi

Serviço Social e Ação Popular no Brasil

[subtítulo do trabalho]

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Thaisa Teixeira Closs

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Doutora Thaisa Teixeira Closs
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Doutora Alzira Maria Baptista Lewgoy
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Alceu Salamoni
Assistente Social

DEDICATÓRIA

A todas e todos assistentes sociais que
ousaram lutar pela superação da exploração
e opressão por classe, raça e gênero.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Thaisa Teixeira Closs, quem tive o privilégio de acompanhar em Iniciação Científica por 3 (três) anos e incentivou o interesse pelos Fundamentos do Serviço Social. Pela sua escuta, acolhimento e ensinamentos constantes em minha trajetória acadêmica, bem como por me proporcionar oportunidades únicas como graduanda.

Às professoras Graziela Scheffer e Inez Zacarias, com quem aprendi sobre o trabalho de pesquisa coletivo, a importância da amizade e do cuidado nas relações acadêmicas e com quem pude travar diálogos que me proporcionaram grande crescimento.

À Rede de Pesquisadores sobre a Reconceitualização na América Latina, em nome das professoras Marilda Yamamoto e Cláudia Mônica dos Santos, pela oportunidade de acompanhar e pertencer a esse coletivo - um privilégio inestimável.

À professora Alzira Lewgoy, por ter aceitado o meu convite de compor a banca de avaliação deste trabalho de conclusão de curso e por ter sido exemplo de liderança e acolhimento acadêmicos através de sua atuação como coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS), a quem também agradeço pelos ricos debates.

Ao professor Alceu Salamoni por sua abertura tanto em sua entrevista como ao aceitar compor a banca de avaliação deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço também por sua trajetória como militante da Ação Popular, assistente social e docente de Serviço Social, através da qual marcou gerações de “cidadãos do mundo”.

À professora Maria Josefina Becker pela disposição em contribuir com sua entrevista para que pudéssemos avançar e adensar o tema estudado.

À professora Vanessa Panozzo pela supervisão em estágio obrigatório e pelos ensinamentos ao longo da graduação, que me trouxeram a este momento tão importante.

Às colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos e Memória do Serviço Social, pelos debates e estudos.

A todo o corpo discente e docente, além dos técnicos do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo apoio, trocas, incentivos e possibilidades.

Aos meus pais, Clenair Pedroso Flores e Ives Mizoguchi, com quem contei ao longo de toda a minha vida em todos os projetos que busquei. Há muito mais de vocês nesse trabalho do que podem imaginar. Estendo o agradecimento à Simone Haas, que também exerceu cuidado e amor ao longo dos anos.

Aos meus irmãos, Julia e Ian, e aos meus sobrinhos, Sebastião, Anais e Amália, crianças que renovam as forças e as esperanças no futuro.

Aos meus avós, representados por Nair Pedroso, com quem aprendi tanto. Estendo esse agradecimento a tios e tias, primos e primas.

À Mariana, por ter sido presente e companheira sempre, com amor e dedicação. Tudo o que temos construído juntas é combustível e inspiração na minha caminhada. Obrigada por me incentivar e comemorar cada vitória como se fosse tua.

Ao Diego Villas-Boas, que me indicou o Serviço Social como possibilidade profissional e me acompanhou ao longo de toda a graduação incentivando e amparando meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos amigos com quem sempre pude contar e que tornam a vida mais leve e mais alegre.

EPÍGRAFE

“A vida é feita de sonhos e de sonho de sonhos.”

(SALAMONI, 2021, p. 1).

RESUMO

Este trabalho apresenta uma investigação sobre a interlocução entre a Ação Popular e o Serviço Social. Objetivou-se compreender como o engajamento de estudantes de SS e de assistentes sociais na AP influenciou a profissão. Para tanto, utilizou-se de pesquisa qualitativa bibliográfica e documental, além de entrevistas. Estas demonstraram a interferência da militância política na ação profissional e na aproximação ao marxismo, assim como nos processos mais amplos de erosão do Serviço Social tradicional e da renovação profissional, além de ter possibilitado a visibilidade e valorização destes sujeitos. Evidenciaram-se quatro tendências das inflexões da militância em Ação Popular no Serviço Social: o engajamento nas juventudes católicas anteriormente à AP, a relevância das experiências de Desenvolvimento de Comunidade heterodoxas enquanto possibilidade de vazão dos anseios de profissionais alinhados à perspectiva progressista, a indistinção entre militância política e profissão nos antecedentes da ditadura civil-militar, aproximação com o marxismo através da militância. Demonstrou-se a influência da Ação Popular na erosão do Serviço Social tradicional e na renovação profissional.

Palavras-chave: Ação Popular. Erosão do Serviço Social tradicional. Renovação Profissional.

RESUMEN

Este trabajo presenta una investigación sobre la interlocución entre la Ação Popular y el Servicio Social. El objetivo fue comprender cómo el compromiso de los estudiantes de SS y los trabajadores sociales en AF influyó en la profesión. Para ello se utilizó investigación bibliográfica y documental cualitativa, además de entrevistas. Estos demostraron la injerencia de la militancia política en la acción profesional y en la aproximación al marxismo, así como en los procesos más amplios de erosión del Trabajo Social tradicional y renovación profesional, además de haber posibilitado la visibilidad y valorización de estos sujetos. Se evidenciaron cuatro tendencias de inflexiones de militancia en Acción Popular en Trabajo Social: el involucramiento de la juventud católica ante el AP, la relevancia de experiencias heterodoxas de Desarrollo Comunitario como posibilidad de desahogar los anhelos de profesionales alineados con la perspectiva progresista, la indistinción entre políticas militancia y profesión en el trasfondo de la dictadura cívico-militar, aproximación al marxismo a través de la militancia. Se demostró la influencia de la Ação Popular en la erosión del Trabajo Social tradicional y la renovación profesional.

Palabras-clave: Ação Popular. Erosión del trabajo social tradicional. Renovación profesional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Ação Católica

AI-5 – Ato Institucional nº. 5

AP - Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista Leninista

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comissão Executiva Provisória

CC - Comitê Central

CN – Comando Nacional

CPC - Centro Popular de Cultura

DB – Documento Base

DN – Direção Nacional

ENESS - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

GAP – Grupo de Ação Popular

IPM – Inquérito Policial-Militar

JEC - Juventude Estudantil Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

RADN - Reunião Ampliada da Direção Nacional

RN - Reunião Nacional

RNE – Reunião Nacional Extraordinária

RP – Resolução Política

SNI – Serviço Nacional de Informação

SS - Serviço Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A AÇÃO POPULAR NO BRASIL	15
3 SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: DIÁLOGOS COM A AÇÃO POPULAR	38
4 ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA AÇÃO POPULAR	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

A Ação Popular (AP) foi fundada em 1962 e nasceu a partir de um processo de paulatina politização de parcela dos militantes das juventudes católicas, em especial da Juventude Estudantil Católica e da Juventude Universitária Católica. A dissolução da organização é tema de divergências entre as correntes que pleitearam a sua direção política e organizativa - assim como disputaram a narrativa histórica da AP. Em 1972 houve a fusão de parte significativa de seus militantes ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), caracterizando a sua dissolução (LIMA; ARANTES, 1984). No entanto, alguns militantes permaneceram na AP e reivindicaram a existência do partido e a sua reorganização até o início da década de 1980 (AZEVEDO, 2016).

A Ação Popular foi extremamente relevante não apenas pela hegemonia conquistada no movimento estudantil, em especial na União Nacional de Estudantes (UNE), e que se expressou na eleição de dez presidentes da entidade em sequência, de 1961 a 1972 (LIMA; ARANTES, 2014). Além disso, o processo que gestou a AP no Brasil foi precursor da Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos na América Latina, que como ela deslocaram-se do ideário cristão para o marxista através do maoísmo ¹(RIDENTI, 1998).

A sua expressão social pode ser demonstrada no âmbito da arena política brasileira, considerando a presença de seus ex-militantes nas mais diversas matizes político-ideológicas: Herbert José de Souza, Reinaldo de Azevedo, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Raul Carrion, Raul Pont, José Serra, Plínio de Arruda Sampaio e Duarte Pereira. No Serviço Social não é diferente, visto que podemos observar que reconhecidas/os assistentes sociais pertenciam à Ação Popular, como: Marilda Villela lamamoto, Rosângela Batistoni, Maria Beatriz Abramides, Vicente Faleiros, dentre outros.

Quanto à minha motivação pessoal em realizar a presente pesquisa está na minha constituição como militante social, aos 13 anos, na Pastoral de Juventude Estudantil, e na União da Juventude Socialista, entidade de massas de juventude do

¹ Jacob Gorender irá apresentar as diferenças entre maoísmo e foquismo a partir da análise de difusão de um folheto de autoria de Lin-Biao, líder da revolução chinesa: “[...] subordinou o fatos militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob *direção absoluta* do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da *guerra popular prolongada*. [...] a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção de revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução anti-imperialista e antifeudal.” (2014, p. 93).

PCdoB, aos 14 anos. Já na graduação em Serviço Social, fui extensionista no Programa de Extensão Movimentos Sociais e Serviço Social, coordenado por Mailiz Garibotti Lusa, Solange dos Santos e Tiago Martinelli. Atuei como bolsista de Iniciação Científica na pesquisa Memória Histórica do Serviço Social no Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Doutora Thaisa Teixeira Closs, além de participar da Rede Latinoamericana de Pesquisadores sobre o Movimento de Reconceituação, coordenado pelas professoras Marilda Villela lamamoto e Cláudia Mônica dos Santos. Essas experiências contribuíram para que constituísse especial interesse na memória e história do Serviço Social, assim como construíram as bases através das quais pude trilhar os caminhos da presente discussão.

A investigação a seguir apresentada neste trabalho de conclusão de curso pautou-se no materialismo histórico-dialético, partindo da compreensão da indispensabilidade e atualidade inegável da teoria e do método marxianos para a análise e a transformação da sociedade. Pautamo-nos na totalidade, historicidade e contradição enquanto categorias centrais para a leitura do tema - a compreensão tanto da Ação Popular quanto do Serviço Social na história, demonstrando os seus entrelaçamentos e desenvolvimentos no decorrer do processo histórico.

Através de uma pesquisa qualitativa, objetivamos o resgate e a memória histórica dos protagonistas no Serviço Social de processos de luta e resistência na Ação Popular, além de suas influências na profissão. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica de tipo exploratória nas dissertações constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisamos através do descritor “ação popular” e obtivemos 266 (duzentos e sessenta e seis) resultados, dos quais filtramos aqueles que fossem dissertações de mestrado e pertencentes a programas de pós-graduação do curso de História - todos os demais discutiam o aspecto jurídico e constitucional da ação popular e eram vinculados ao curso de direito, não se relacionando ao tema. Destacase não haver nenhum trabalho vinculado a PPG de Serviço Social.

Com isso, restaram 27 trabalhos cujo critério de inclusão foi apresentar estudo sobre a AP - o que foi verificado através da análise dos seus títulos e resumos. O critério de exclusão foi não estar disponível online. Chegamos a 13 (treze)

dissertações², as quais analisamos em busca de informações sobre estudantes e profissionais de Serviço Social militantes da AP. Encontramos a menção a assistentes sociais ou estudantes de Serviço Social em 6 (seis) delas, quais sejam: CARVALHO, 2013; DIAS, 2011; GAVIÃO, 2007; OLIVEIRA, 2016; REIS, 2015; SILVA, 2016.

Não se buscou uma linearidade na forma de entender a história, mas a compreensão dos processos de luta e de resistência desses sujeitos nas contradições, processualidades e transformações que provocaram na profissão. Confrontamos as informações que emergiram da pesquisa bibliográfica com os documentos da Ação Popular e do acervo documental do Projeto Brasil: Nunca Mais, além das entrevistas e depoimentos de assistentes sociais - alguns disponíveis online e outros coletados através da pesquisa “Memória Histórica do Serviço Social no Rio Grande do Sul”, coordenado pela Dra. Thaisa Teixeira Closs. Dessa forma, pudemos ampliar a angulação através da qual acessamos os dados encontrados, contribuindo para o adensamento da discussão a seguir exposta. Destacamos o capítulo “Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista”, (CLOSS et al, 2021) como importante avanço nessa discussão.

Os aspectos éticos foram contemplados partindo da valorização dos sujeitos, de sua experiência social e, principalmente, no respeito à sua compreensão do processo de inserção na militância. A preocupação com a ética em pesquisa perpassou todo o projeto e a execução da investigação, sempre expressando o comprometimento com a divulgação de seus resultados, assim como na utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas realizadas se deram no âmbito do Projeto de Pesquisa Memória Histórica do Serviço Social no Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Doutora Thaisa Teixeira Closs - que tramitou e recebeu aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia.

A análise e a interpretação de dados são processos concomitantes e complementares (MINAYO et al., 2002). Utilizou-se tal técnica com as finalidades de “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte” (GOMES, 2002, p. 69).

² CARVALHO, 2013; DIAS, 2011; DUARTE, 2010; FERREIRA, 2014; FILHO, 2006; GAVIÃO, 2007; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2016; REIS, 2015; SA, 2015; SANTANA, 2008; SANTOS, 2017; SILVA, 2016.

No capítulo "Ação Popular no Brasil", apresentamos a constituição e desenvolvimento da Ação Popular no movimento histórico e social brasileiro, com o objetivo de demonstrar como a sua existência explica-se pelos processos em curso no Brasil, na América Latina e no mundo. Em seguida, em "Serviço Social na história", realizamos um esforço de síntese da constituição e desenvolvimento da profissão até a emergência da vertente de renovação profissional Intenção de Ruptura. O Capítulo "Estudantes e profissionais de Serviço Social na Ação Popular" trazem minibiografias dessas/es ex-militantes e extratos de depoimentos que visam demonstrar como o seu engajamento em AP marcou a profissão. No fechamento deste trabalho, apresentamos algumas "Considerações Finais" sobre o tema no sentido de sintetizar a discussão realizada até ali.

2 A AÇÃO POPULAR NO BRASIL

A Ação Popular (AP) foi uma organização da nova esquerda³ de grande influência nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Através de suas origens no movimento laico da Igreja Católica, ao inserir-se nas lutas sociais do período e, especialmente, no movimento estudantil, radicalizou-se e reinventou-se no decorrer de sua história, adotando o socialismo como horizonte para a sociedade brasileira, e, posteriormente, alinhando-se ao marxismo-leninismo. A AP foi marcada por alterações em sua linha política, autocríticas, releituras e reinterpretções da própria história (DIAS, 2021). Neste capítulo, apresentaremos a história da organização no contexto sociopolítico do país, com o objetivo de demonstrar como a AP se relacionou direta e indiretamente com o Serviço Social e os motivos pelos quais exerceu influência na profissão.

A Ação Popular foi constituída em 1962, de um grupo de esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC) que viveu um processo de politização e conscientização que culminou em sua saída da JUC e na fundação da AP. A JUC foi um dos braços juvenis da Ação Católica (AC), uma das iniciativas articuladas pela Igreja Católica para recuperar a sua influência na sociedade. A AC foi fundada em 1935 e teve como base o Centro Dom Vital (1922). Um de seus dirigentes foi Alceu Amoroso Lima, um dos grandes discípulos brasileiros de Jacques Maritain e que protagonizou a fundação do Instituto de Educação Familiar e Social, do Rio de Janeiro, influenciando a formação das pioneiras do Serviço Social cariocas nessa escola de Serviço Social, uma das primeiras do país (AGUIAR, 2011).

A JUC foi reorganizada em 1950 e se integrou ao movimento estudantil universitário com o objetivo de disputar corações e mentes em uma conjuntura de crescente influência comunista e liberal - em um contexto de disputa ideológica, marcado pela Guerra Fria, de projetos societários antagônicos e disputa de hegemonia entre os ideais capitalistas e socialistas. Uma das estratégias adotadas para garantir a influência católica na sociedade foi a cristianização de estudantes

³ A nova esquerda surge no Brasil em oposição e alternativa ao tradicional Partido Comunista Brasileiro, com quem possuía diversas divergências. Essas organizações e partidos políticos “se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista” (FILHO, 1985, p. 7).

universitários, os futuros intelectuais brasileiros (LIMA; ARANTES, 1984). Neste contexto,

A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma quanto na sociedade. Assim, a predisposição seria valorizar a ordem e a harmonia social, acatar as estruturas e as instituições existentes, cujos eventuais problemas estariam nas falhas das pessoas que as compõem. Caberia, no máximo, reformar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus. (RIDENTI, 1998, p. 3).

Os jovens universitários católicos, no entanto, viviam um contexto de transformações marcantes na sociedade brasileira, seja através de sua industrialização pesada, como dos impactos da Revolução Cubana, de 1959, no continente. Um processo de mudanças também envolveu a Igreja Católica, principalmente sob a orientação do papa João XXIII, a partir de 1958, o qual, através da encíclica papal *Pacem in Terris*, referiu-se favoravelmente à socialização do mundo (LIMA; ARANTES, 1984). Além disso, a inserção de seus militantes nas lutas estudantis, através das quais os jucianos entravam em conflito com outras forças políticas, possibilitou que os jovens católicos tivessem contato com argumentos e visões de mundo diferentes das quais estavam habituados (RIDENTI, 1998).

Todo esse processo resultou no oposto de seu objetivo: em vez de cristianizar os estudantes universitários, o movimento estudantil e a conjuntura politizaram e conscientizou os jucianos mais sensíveis à desigualdade social. Não obstante, não há, ainda, um abandono da doutrina católica, mas uma mudança na postura dos jucianos frente à realidade:

A História continuava a ser vista como desígnio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para transformar “as estruturas”, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos. (RIDENTI, 1998, p. 4).

A JUC foi influenciada pelos pensadores católicos - Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin, considerando que o deslocamento na sua referência entre esses autores se deu conforme o seu processo de identificação com a esquerda. O olhar dos jucianos foi sendo ampliado, e a sua intervenção alterou o seu destinatário:

A questão não era mais salvar algumas almas, chegar a alguns poucos eleitos que constituiriam uma elite católica na universidade. O destinatário da salvação passava a ser “as massas humanas”, cuja plena realização estaria

obstruída pelas estruturas econômicas, sociais e políticas existentes, que urgia modificar. (RIDENTI, 1998, p. 4).

No seu Congresso de Comemoração dos 10 anos de reorganização da JUC, em 1960, no Rio de Janeiro, a sua ala à esquerda logrou aprovar um documento com as suas diretrizes políticas e organizativas – “Diretrizes Mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro”. Nessas diretrizes a JUC fez a opção por um socialismo democrático e pela revolução brasileira - demonstrando que as suas influências já não se restringiam às fontes cristãs, iniciando uma aproximação ao marxismo (LIMA; ARANTES, 1984; RIDENTI, 1998). No entanto, ainda estava referenciada no ideal histórico de Maritain, que “é uma imagem prospectiva que significa o tipo particular, o tipo específico de civilização ao qual tende certa era histórica” (AGUIAR, 2011, p. 75).

Maritain questionou o papel dos cristãos diante de um mundo “marcado pela mediocridade e pelo humanismo liberal-burguês” (AGUIAR, 2011, p. 75). Os cristãos teriam a responsabilidade de construir uma nova civilização embasada no humanismo integral, que inaugurasse uma nova cristandade, adequada a seu tempo histórico, de modo que “a construção da nova sociedade é uma tarefa de todos e é através da concretização do ideal histórico que o cristianismo poderá salvar a nossa civilização.” (AGUIAR, 2011, p. 79). A Juventude Universitária Católica, assim,

Constatando que vivia num mundo polarizado entre capitalismo e comunismo, ambos anticristãos, mas também sem as ilusões dos católicos tradicionalistas de um retorno ao paraíso perdido medieval, a JUC encontrava no "ideal histórico" de Maritain uma das bases para o "engajamento cristão eficaz", em sua luta dentro da Igreja, pela participação política ativa de todos os católicos – e fora dela, em busca de uma sociedade justa e cristã, acima dos sistemas capitalista e comunista. (RIDENTI, 1998, p. 5).

O Brasil vivia um breve período democrático em sua história, no qual houve uma crescente participação popular e organização da revolta do povo brasileiro, e que se realizou de 1946 a 1964. Até então, e na ditadura civil-militar, o poder estatal caracterizou-se pelo autoritarismo e reiteradamente privilegiou a tomada de decisões de cima para baixo e pelo alto. Essa foi a marca predominante das formas históricas do Estado brasileiro, da Independência até o início de sua redemocratização. No momento em que a participação popular nas decisões sobre os rumos do país se tornou uma possibilidade real, o grande capital, nacional e estrangeiro, estrangulou a vida democrática do país (IANNI, 1984).

Os anos que antecederam ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 foram de crescente polarização e intensificação das lutas de classes. A participação e a mobilização populares desenvolveram-se em um crescente, gerando um proporcional incômodo nas forças conservadoras do país – o grande capital internacional e nacional, os latifundiários, a Igreja Católica, os militares; em suma, as mesmas forças que levaram Getúlio Vargas ao suicídio em 1954. O país viveu um de seus momentos de maior efervescência política no período que compreendeu de 1961 a 1964 (CARVALHO, 2013).

Muitas turbulências marcaram o ano de 1961. O presidente Jânio Quadros renunciou após sete meses de governo, alegando a existência de “forças ocultas” que o impediam de governar. O vice-presidente João Goulart estava em viagem diplomática ao leste europeu e à Ásia, precisamente na República Democrática da China, no momento de sua renúncia. Enquanto Jango retornava ao país para assumir a presidência, as Forças Armadas reagiram negativamente impedindo a sua posse (BANDEIRA, 1978).

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou um movimento de resistência pela legalidade e respeito à Constituição Federal, a fim de garantir que o vice-presidente eleito assumisse a presidência da República. O governador gaúcho protagonizou um movimento de resistência ao golpismo a partir de Porto Alegre, contando com ampla mobilização popular: “A mobilização do povo gaúcho atingia um nível surpreendente. Em Porto Alegre e em todas as cidades, grandes e pequenas, já se formavam comitês de resistência e voluntariado.” (BRIZOLA, 1985).

Leonel Brizola entrincheirou-se no Palácio Piratini, de onde difundiu a Rede da Legalidade, através de sinal de rádio, que mobilizou todo o país. A sede da UNE foi temporariamente transferida para Porto Alegre. Enquanto Jango retornava da China, Brizola continha a ofensiva civil-militar que visava impedir o cumprimento da Constituição Federal. O país esteve à beira de uma guerra civil, com ordens de desbaratamento e silenciamento a qualquer custo de Brizola. O apoio do III Exército à Legalidade desequilibrou a tensa balança das forças que disputavam os rumos do país, e possibilitou o retorno do presidente João Goulart (BANDEIRA, 1978; BRIZOLA, 1985). Pouco antes da chegada do comandante do III Exército, no entanto, Brizola difundiu um discurso que demonstrou suas intenções de resistência:

[...] O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela que há de ser heróica, uma cidadela da liberdade, dos direitos humanos, uma cidadela da civilização, da ordem jurídica, uma cidadela contra a violência, contra o absolutismo, contra os atos dos senhores, dos prepotentes. [...] Reunimos aqui o armamento de que dispúnhamos. Não é muito, mas também não é pouco para aqui ficarmos preocupados frente aos acontecimentos. [...] Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. (BRIZOLA, 1985, p. 176-177).

A solução encontrada pelas Forças Armadas, o Legislativo e acordada com João Goulart foi que o mesmo, enquanto vice-presidente, assumisse em um regime parlamentarista. A limitação dos poderes de Jango acalmou os ânimos das Forças Armadas e do grande capital. O primeiro-ministro assumiu e formou seu gabinete, o que serviu como uma garantia para que João Goulart não realizasse o projeto político que defendia. Essa foi uma das tentativas de golpe que antecederam ao golpe civil-militar de 1964. No entanto, “a novidade da transição dos anos 1950/1960 era que a voz de protagonistas subalternos encontrava canais de expressão e começava a fazer-se ouvida.” (NETTO, 2014, p. 47).

Já nesse momento, a JUC exercia uma grande influência no movimento estudantil e elegeu Aldo Arantes para a presidência da UNE em 1961. Uma organização católica já não se mostrava suficiente para as aspirações dos seus militantes de esquerda e as tensões com a hierarquia da Igreja foram crescendo conforme se deu o processo de esquerdização deste setor da JUC. O tensionamento atingiu seu ápice com o reconhecimento pela UNE da União Internacional de Estudantes – vinculada à Moscou/URSS, o que resultou na expulsão de Arantes da JUC (LIMA; ARANTES, 1984). As condições sócio-históricas e organizativas para o nascimento da Ação Popular estavam maduras, e

O surgimento da AP decorreu, simultaneamente, das mudanças na Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e do aprofundamento da luta de classes no Brasil. Para seus membros politizados, a Juventude Universitária Católica (JUC) se mostrava já demasiado estreita, dada a vinculação oficial à Igreja. (GORENDER, 2014, p. 143)

A dinâmica do contexto sócio-histórico e a leitura que os cristãos de esquerda faziam desse processo os conduziram ao questionamento do maritanismo, que já era considerado ultrapassado - visto que Maritain propunha a cristianização da democracia burguesa. Os jucianos adotaram o personalismo, de Emmanuel Mounier, pela dimensão cristã de seu existencialismo, além de um evidente posicionamento anticapitalista; e a visão científica da história de Pierre Teilhard de Chardin, fazendo

frente ao aspecto científico do materialismo histórico-dialético. O padre Lebret também influenciou os jucianos e veio ao Brasil várias vezes, inclusive encontrando-se com Plínio de Arruda Sampaio em 1953 (RIDENTI, 1998).

A esquerda cristã brasileira partiu de componentes da cultura católica progressista francesa para criar respostas para a situação da América latina, inventando uma nova e particular cultura político-religiosa (LÖWY, 2000). O socialismo personalista de Emmanuel Mounier realizou uma crítica radical ao capitalismo e, segundo o padre Henrique de Lima Vaz, “no começo dos anos 60 Emmanuel Mounier ‘era o mestre mais seguido pela juventude católica brasileira’.” (LÖWY, 2000, p. 239). O socialismo personalista foi, para muitos jovens militantes, “[...] uma introdução necessária ao socialismo puro e simples e, às vezes, uma etapa na evolução para o marxismo” (LÖWY, 2000, p. 239). Em O Personalismo, Emmanuel Mounier apresenta uma proximidade com o marxismo: “El marxismo tiene razón al afirmar una cierta primacia de lo económico. Por lo general, solo deprecian lo económico aquellos a quienes ha dejado de inquietar la neurosis del pan de cada día.” (MOUNIER, 1957, p. 58).

A trajetória da Ação Popular foi representativa de um movimento mais amplo, que ocorreu na América Latina e resultou no desenvolvimento da Teologia da Libertação, de “[...] passagem de grupos políticos cristãos ao marxismo, por intermédio do maoísmo.” (RIDENTI, 1998, p. 2). O padre e filósofo Henrique Vaz influenciou intelectualmente a juventude católica e a Ação Popular, realizando, inclusive, a revisão da parte filosófica do Documento Base (1963) que era embasada na sua concepção (DIAS, 2021). O padre Vaz contribuiu para os católicos que viriam a se incorporar à AP superarem “as concepções de Jacques Maritain e do pensamento neotomista mais tradicional em favor de uma visão dialética”. (DIAS, 2021, p. 39). A sua influência também esteve presente na proposta de formação da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - e seus escritos foram identificados em documentos da Escola e em referências bibliográficas de disciplinas (BATISTONI, 2021) assim como na Escola de Serviço Social de Porto Alegre (PUC-RS), como no trabalho de conclusão de curso “Uma experiência de Cultura Popular”, de Eva Teresinha Silveira - nome de solteira de Eva Faleiros (SILVEIRA, 1964).

Ainda que os militantes da AP fossem majoritariamente oriundos da Juventude Universitária Católica, a AP também teve a adesão de setores independentes da

esquerda, inclusive marxista, e da juventude evangélica progressista (DIAS, 2021; GORENDER, 2014). Além disso, houve um esforço e uma preocupação da organização em espalhar sua influência política dentre os operários e os camponeses.

Embora os universitários constituíssem o setor mais numeroso e ativo, a AP contou com representantes de variadas categorias intelectuais: professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Desde o início, houve a preocupação de ganhar força nos meios operários e camponeses. Líderes camponeses nordestinos como José Gomes Novais e Manuel de Conceição já militavam na AP antes de 1964. (GORENDER, 2014, p. 43).

O solo fértil para a fundação da AP foi preparado, e, a partir daí, ocorreram três reuniões de constituição da organização. A primeira reunião foi realizada no início de 1962, em São Paulo, e no qual a organização aprovou o seu “Estatuto Ideológico”. O documento defendia a revolução brasileira e o socialismo, e originou o então denominado Grupo de Ação Popular (GAP). Adotou um sistema de coordenações, através do qual a coordenação nacional articulou-se às coordenações regionais. Logo surgiu um grupo fascista que utilizava a mesma sigla, mas com o significado de Grupo de Ação Patriótica, o que resultou no abandono da sigla e os futuros apistas passaram a ser temporariamente conhecidos como “grupão” (LIMA; ARANTES, 1984).

No movimento estudantil o “grupão” obteve crescente influência, organizando a Une Volante – que esteve em quase todas as capitais do Brasil discutindo o movimento estudantil e paralelamente articulando a sua nova organização – a AP. Estourou a Greve do 1/3, que mobilizou estudantes de todo o país pela paridade de sua representação em espaços deliberativos da Universidade, com vitória parcial em algumas universidades do país – no entanto, sem alcançar a nacionalmente a garantia pela paridade.

A segunda reunião de organização ocorreu em junho de 1962, em Belo Horizonte, aprovando o seu “Esboço de Estatuto Ideológico” e a adoção do nome Ação Popular. Essa reunião contou com representações de 14 estados, muitos líderes estudantis, padres e intelectuais. Houve divergências - demonstradas pela aprovação de um “Esboço de Estatuto Ideológico” poucos meses após a de um “Estatuto Ideológico” no encontro anterior - sobre os fundamentos ideológicos da organização, que foram considerados excessivamente teóricos e distanciados das questões colocadas na luta concreta (LIMA; ARANTES, 1984).

Por fim, em fevereiro de 1963, em Salvador, ocorreu o I Congresso da AP – que aprovou seu Documento Base (DB), sobre o qual as fontes bibliográficas divergem quanto ao seu significado. Jacob Gorender (2014) afirmou que o DB explicitou a definição da AP pelo socialismo ⁴- e recusou a terceira posição entre capitalismo e socialismo: “os adeptos da AP se pronunciaram por uma *ideologia própria*, buscando apoios doutrinários nos pensadores católicos Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Maritain e Lebreton. Daí a formulação de um ‘socialismo humanista’.” (GORENDER, 2014, p. 43).

Já Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), fundadores da AP e presentes no I Congresso fizeram uma leitura crítica do documento. Para eles, a posição filosófica contida no documento era idealista e “opta pela pretensa ‘terceira posição’, definindo-se crítica do ‘idealismo’ e do ‘materialismo’, defensora de uma chamada ‘perspectiva realista’.” (p. 37). Consideraram-no “retrato oficial e efetivo do pensamento da organização na altura de seu surgimento” (p. 36). Os autores criticaram o posicionamento da AP no DB contrário à ditadura do proletariado e a sua adesão ao humanismo:

O “humanismo” debate-se na problemática de “realizar o homem”, “todos os homens”, esquecendo-se que no contexto social concreto esses homens estão em lutas implacáveis, divididos em minorias exploradoras e maiorias exploradas, sendo impossível abstrair os termos concretos em que a situação está posta a título de realizar o homem em geral, abstrato, inexistente. (LIMA; ARANTES, 1984, p. 38).

A AP optou pelo caráter imediatamente socialista da revolução no Brasil, apesar de estar distante da concepção de partido proletário leninista e de não reconhecer a existência de um partido de vanguarda no Brasil (LIMA; ARANTES, 1984). Já Marcelo Ridenti, compreende que o Documento Base “[...] aboliu qualquer referência ao cristianismo, o que significou uma ruptura com a JUC”, apesar de que as “[...] ideias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã” (RIDENTI, 1998, p. 10).

Michael Löwy (2000), afirma que “[...] não se encontra mais nenhuma referência a fontes católicas ou cristãs, francesas ou outras. Isto não impede que a influência de

⁴ A Ação Popular vinculou-se a um socialismo de viés humanista, influenciado pelos pensadores católicos mais progressistas. Ainda refutavam o marxismo por acreditarem que não valorizava a experiência do sujeito, além de rechaçarem a ditadura do proletariado. Ao longo dos anos, conforme se radicalizava a conjuntura política e as lutas de classes, a organização vai se alinhando ao marxismo através do maoísmo, culminando com a alteração de nomenclatura da organização para Ação Popular Marxista-Leninista – como será exposto nas próximas páginas.

certos pensadores religiosos seja perceptível no documento.” (LÖWY, 2000, p. 248). Já Reginaldo Dias (2021) afirma que o Documento Base visava afirmar a identidade da nova organização, distinguindo a AP da esquerda à época por não se reivindicar marxista, ainda que sofresse a sua influência: “na formulação do projeto da AP, há uma tensão entre a concepção de revolução como necessária negação do capitalismo, decorrente de suas contradições e o imperativo de humanismo.” (DIAS, 2021, p. 45).

Podemos identificar nitidamente a crítica realizada à experiência socialista soviética, em especial de “alguns erros de orientação política e sectarismo” (FILHO, 1985, p. 39). Há o reconhecimento, no entanto, de que “vêm aprimorando e criando melhores condições para a realização humana” (FILHO, 1985, p. 39). A opção pelo socialismo também está evidente no documento:

Esta opção nos integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica em relação às experiências socialistas em realização. Leva, por exemplo, ao apoio à luta do povo cubano na construção de sua sociedade socialista. (FILHO, 1985, p. 40).

Há uma radicalização do discurso da organização, especialmente considerando a sua gênese oriunda no catolicismo. Em um dos trechos do Documento Base, a Ação Popular posiciona-se:

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência. (FILHO, 1985, p. 41).

Ao realizar uma análise da conjuntura brasileira, demonstrou maturidade política ao expressar a crítica à estrutura de submissão do movimento sindical oficial ao poder estatal, à incapacidade das forças populares em fazer frente à ofensiva do capital internacional, ao reformismo expresso no projeto de reformas de base e à falência da luta nacionalista (FILHO, 1985). Assim, manifesta:

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturais atuais de poder. *Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade.* (FILHO, 1985, p. 45).

Para Ridenti (1998), Gorender (2014) e Dias (2021), a Ação Popular manteve traços de sua origem cristã durante a história da organização, manifestando-se em algumas de suas particularidades, como o voluntarismo na prática política e a tendência às ações de massa.

A história da AP ficou marcada pelo seu romantismo revolucionário - romantismo entendido como “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)”, nos termos de Michael Löwy e Robert Sayre (1995: p. 34). [...] Parece que, além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o romantismo revolucionário caracteriza-se pela ênfase na prática, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas. (RIDENTI, 1998, p. 1)

O início de 1963 é marcado pelo plebiscito para decisão quanto ao regime político brasileiro: vence o presidencialismo. João Goulart retoma seus plenos poderes executivos. A esquerda participou ativamente da campanha para retomada do presidencialismo, vinculando a vitória no plebiscito às reformas de base. Os primeiros meses do governo Goulart são marcados por uma política conciliatória, que visou solucionar a crise econômica, acomodando a burguesia nacional e estrangeira, o povo e os movimentos sociais. Não obstante, as críticas a essa política vão se avolumando de ambos os lados e intensificando a disputa por uma definição do presidente (GORENDER, 2014).

A participação de subalternos das Forças Armadas nas mobilizações políticas e nas eleições intensifica a agitação social, visto que por sua ilegalidade e ameaça à hierarquia e disciplina militares gera um incômodo crescente nos oficiais. Nesse ínterim, a polarização entre direita e esquerda, cada vez mais radicalizadas na disputa pelos rumos do governo de João Goulart, atinge seu ápice (CARVALHO, 2013). Em 13 de março, em um comício na Central do Brasil, Jango realizou um discurso inflamado e engajado à esquerda pelas reformas de base, reunindo cerca de 200.000 pessoas. Em 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu cerca de 500.000 pessoas em São Paulo. Novos fatos envolvendo os subalternos das Forças Armadas ocorreram, precipitando o já articulado golpe civil-militar - solução não tão nova para o Estado brasileiro:

Em todas as ocasiões de grande ascenso político popular, quando o Estado esteve ameaçado, as classes e frações de classes agrárias, comerciais, bancárias e industriais, nacionais e estrangeiras, buscaram criar ou refazer os blocos de poder, de modo a garantir e fortalecer o aparelho estatal. [...] A

resposta foi o Golpe de Estado de 31 de março de 64, a ditadura militar, o fortalecimento do poder estatal, o monopólio do Estado pela grande burguesia financeira imperialista e nacional associada. (IANNI, 1984, p. 40-41).

Além da reação à participação popular nos rumos da política brasileira, destaca-se a atuação estadunidense em um processo que não se limitou ao território brasileiro, mas espalhou-se por todo o mundo subdesenvolvido, quando a política externa dos EUA atuou a fim de reverter a erosão de sua hegemonia – em plena Guerra Fria e considerando a recém conquistada Revolução Cubana (1959) – através de uma “contrarrevolução preventiva” (NETTO, 2014). No entanto, apesar da influência dos EUA no golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, ele foi gestado em terras brasileiras pelos atores políticos que aqui se encontravam. A participação das organizações civis conjugou-se ao golpismo no interior das Forças Armadas e que já se mostrara em 1945, 1954, 1955 e 1961 (NETTO, 2014). Destaca-se a participação civil nesse processo:

Na conjuntura política do governo Goulart, a iniciativa e o protagonismo das “classes produtoras” foram essenciais: tiveram *papel central* no golpe do 1º de abril de 1964 – e se o regime dele derivado foi uma ditadura que se valeu do poder militar, este serviu aos interesses do grande capital: as Forças Armadas foram instrumentalizadas para instaurar o que Florestan Fernandes caracterizou como *autocracia burguesa*. (NETTO, 2014, p. 51).

A ditadura civil-militar realizou as condições necessárias para que a ditadura do grande capital fosse executada: “o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura.” (IANNI, 1981, p. 8). Para efetivar esses planos e sufocar quaisquer articulações da classe trabalhadora na resistência à sua superexploração, o Estado executou a política fascista de censura, repressão e tortura - alimentando a indústria do anticomunismo: “[...] Tudo isso para propiciar a acumulação monopolista ditada pelas grandes burguesias imperialista e nacional, associadas econômica e politicamente.” (IANNI, 1981, p. 12).

O golpe civil-militar abalou impiedosamente as organizações de esquerda, que não estavam preparadas para resistir à investida direitista. Brizola tentou articular uma resistência a partir do Rio Grande do Sul com o apoio do III Exército, porém sem o endosso de João Goulart não se realizou. Aliás, para Gorender (2014) o fato de as forças de esquerda terem esperado que Jango tomasse a dianteira na resistência ao

golpe demonstrou o reboquismo em que se viam os movimentos sociais. Já Netto (2014), considera que as forças de esquerda não se prepararam para o golpe por baluartismo, considerando a sua capacidade de mobilização muito além do que efetivamente era. De qualquer modo, iniciou-se o período mais sombrio da história brasileira:

Desde 1964, sob a ditadura militar, muito da problemática da revolução burguesa e do caráter autoritário do Estado se recolocou de forma escancarada, brutal. Nesse tempo, o Estado fascista se impõe e sobrepõe às classes e grupos assalariados, às regiões e aos “cidadãos” como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e monopolista (estrangeira e nacional). (IANNI, 1984, p. 19).

O presidente eleito indiretamente foi o General Castelo Branco. Logo em 9 de abril de 1964 foi decretado o Ato Institucional nº 1, que autorizou o presidente da República a suspender direitos políticos e a cassar mandatos legislativos, além de permitir a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria mediante investigação sumária através dos Inquéritos Policial-Militares (IPM) – iniciando a operação limpeza, que tinha o objetivo de afastar das Forças Armadas e do Poder Público aqueles considerados subversivos em decorrência de algum envolvimento político anterior ao golpe de abril. O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi criado e atuou no monitoramento e perseguição dos “subversivos” - os inimigos internos, todos aqueles que atuaram contrários ao regime. Assim se realizou e concretizou a Doutrina de Segurança Nacional, com influência estadunidense, mas com adaptações realizadas para a realidade brasileira (NETTO, 2014).

A nova política econômica atuou em benefício das classes produtoras, a fim de solucionar a crise econômica vigente. Através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) realizou a modernização conservadora do Estado demandada pelas burguesias nacional e estrangeira a partir das reformas tributária, monetária e bancária. Para a classe trabalhadora, a nova política econômica impôs rígida política salarial que resultou no arrocho salarial que caracterizou o período ditatorial. Assim, o PAEG atuou para modernizar o Estado a fim de torná-lo mais eficiente para o projeto do grande capital, além da instituição de políticas sociais que visavam responder às demandas populares e envolver a população nesse mesmo projeto (NETTO, 2014).

O primeiro ano após o golpe civil-militar abalou a AP, que perdeu considerável parcela de seus militantes. Herbert de Souza, Aldo Arantes e Jair Ferreira de Sá

exilaram-se no Uruguai por motivos de segurança. Alguns militantes permaneceram clandestinos no país e houve, ainda, aqueles que deixaram de militar na Ação Popular – ou realizaram um “exílio interno” (BECKER, 2019). Aliás, como trata Octávio Ianni: “É tão acentuado o divórcio entre o Estado e a maioria da sociedade civil, que o povo se sente estrangeiro no próprio País; emigra para dentro de si mesmo.” (IANNI, 1984, p. 19). A AP viveu uma grande crise, caracterizada por uma desagregação e desorientação política da militância (DIAS, 2021).

É em 1965 que a organização realiza a Reunião Nacional Extraordinária (RNE), contando já com os seus dirigentes que retornaram do Uruguai. A AP reorganizou a sua estrutura, passando a funcionar por um sistema de Comandos nacional e regionais. O CN foi composto por Aldo Arantes, Herbert de Souza, Duarte Pereira, Sergio Mota, Paulo Stuart Wright e Carlos Walter Aumond, elegendo Aldo Arantes como seu coordenador nacional (DIAS, 2021).

Essa Reunião aprovou a Resolução Política (RP), importante documento da vida da AP por ter sido um ponto de inflexão em sua política. Não houve ruptura com o Documento Base, ao qual a RP seria um complemento, mantendo a sua fundamentação filosófica: “o horizonte era o socialismo como humanismo” (DIAS, 2021, p. 56). No entanto, também houve mudanças na Resolução Política:

A decisão de maior impacto da RP foi a fixação do objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional. A concepção da estratégia abarcava as tarefas de libertação nacional com as tarefas socialistas. Portanto, segundo o vocabulário do documento, tratava-se de uma revolução socialista de libertação nacional. O conceito absorvia influências das revoluções chinesa e cubana. (DIAS, 2021, p. 57).

Nesse momento, para a AP, “o horizonte da nova estratégia era deflagrar a guerra de guerrilhas, cuja arena principal residia no campo” (DIAS, 2021, p. 57). Quanto ao “ponto de vista de classe, continuava uma organização pequeno-burguesa”, apesar de que “transformara-se em uma organização democrática revolucionária” (LIMA; ARANTES; 1984, p. 64). No entanto, as condições para a guerra revolucionária não estavam colocadas e a organização se voltou para se preparar para a luta insurrecional.

Desde 1965 o Comando Nacional da AP editou dois conjuntos de textos, intitulados “Textos para debates” e “Textos para militantes” com o objetivo de

aprofundar a formação teórico-política dos seus militantes. O teor dos textos era de discussão estratégica revolucionária por meio da luta armada, dos quais destacavam-se os de inspiração foquista - ainda que constassem outros como os que apresentavam as experiências chinesa e vietnamita. Em 1966, o Comando Nacional realizou uma pesquisa interna quanto ao perfil de sua militância, a fim de preparar a organização para os desafios vindouros, da qual colheu as informações:

O movimento estudantil mantinha-se como o núcleo principal de recrutamento. Sobrevivia a influência de pensadores cristãos progressistas, em um contexto em que se constatava crescente interesse pelo marxismo. [...] O estilo de militância e os contornos da luta armada eram considerados débeis. A ampla maioria não identificava a necessidade de um partido de vanguarda para a condução da revolução. (DIAS, 2021, p. 60).

A adoção da perspectiva foquista - a teoria do foco revolucionário, cujo principal exemplo foi a Revolução Cubana e os principais teóricos Che Guevara e Debray - demonstrou a intensificação do processo de radicalização dos militantes apistas, decorrente do cenário repressivo da ditadura civil-militar. No entanto, dentre as forças de esquerda que tiveram atuação no período, a AP foi aquela que mais esteve na articulação direta junto à população, herança do modo de atuação dos agrupamentos leigos da Igreja Católica e sua influência. Há uma contradição na política adotada - o foquismo ⁵- e a ação política da organização - de massas.

No entanto, como afirmou Herbet de Souza (apud DIAS, 2021, p. 65), a “Ação Popular, na verdade, nunca colocou em funcionamento a sua pregação da luta armada. Fez algumas ações que não poderiam ser classificadas de luta armada.”. A organização estava em um período de “preparação revolucionária ativa”, que compreendia as dimensões teórica, política, estratégica e militar. O foquismo adotado pela AP passou por uma série de adaptações, compondo o “foquismo reinterpretado”. Enquanto não havia definição da organização, constituiu-se duas delegações para visitar Cuba e China e conhecer as suas experiências revolucionárias (DIAS, 2021).

⁵ Conforme definição de Jacob Gorender (2014, p. 90): “Naquela época, o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. [...] A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. [...] O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria *continental*, impondo-se por cima de diferenças nacionais, e *diretamente socialista*.”

O Ato Institucional nº 2 veio em fins de 1965, extinguiu os partidos políticos e cassou os seus registros; além de possibilitar a decretação de estado de sítio. O Ato Complementar nº 4 instituiu o bipartidarismo, criou a ARENA e o MDB. Já no início de 1966, o Ato Institucional nº 3 extinguiu as eleições diretas para governadores e prefeitos de capitais. O regime ditatorial foi se fechando progressivamente, cortando qualquer possibilidade de participação política pela via institucional.

Em 1966, o General Costa e Silva, em campanha como candidato presidencial pela ARENA, anunciou sua visita a Recife. Para sua recepção, alguns militantes da AP organizaram um atentado no Aeroporto dos Guararapes, onde o general chegaria. Ocorreu uma explosão - que não atingiu seu alvo, pois a aeronave teve uma pane e a comitiva viajou de carro -, feriu quatorze pessoas e matou outras duas - um jornalista e um almirante. Apesar de a Direção Nacional ter aderido ideologicamente à luta armada como forma de realização da revolução, não recebeu a informação prévia do atentado. O acontecimento contribuiu para que a organização iniciasse o questionamento da adesão ao foquismo, da prática das lutas armadas e o reexame de suas relações com Cuba – o que resultou no fortalecimento do extrato de militantes que aproximaram-se da influência maoísta (GORENDER, 2014). Este episódio “[...] foi fundamental para afastar a AP do processo de ações armadas urbanas” (RIDENTI, 1998, p. 13).

O Comitê Nacional se reuniu em 1967, ocasião na qual discutiu “a questão do partido”. Aprovou uma resolução sobre “O Partido de Vanguarda”. A AP percebeu a necessidade de uma organização para dirigir o processo revolucionário, mas ainda não tinha clareza quanto ao seu caráter proletário. O CN aprovou também uma resolução que convocou seus militantes ao estudo e ao debate do marxismo, a “Resolução sobre o Debate teórico e Ideológico” (DIAS, 2021; LIMA; ARANTES, 1984).

O movimento estudantil cresceu nesses primeiros anos da ditadura, reorganizando-se para o enfrentamento ao regime. A Passeata dos Cem Mil ocorreu no Rio de Janeiro em 1968, no ápice da mobilização de rua. O XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, no entanto, foi descoberto pelos militares, que atuaram impedindo que o evento ocorresse e prendendo os cerca de 700 participantes. A greve de Osasco, em São Paulo, foi outro grande respiro e organização da classe trabalhadora.

Nesse mesmo ano, o Conselho de Segurança Nacional proibiu atos de rua e o regime criou o Conselho Superior de Censura. Também ocorreu a Reforma Universitária nos moldes da modernização conservadora à serviço do grande capital.

Por fim, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi anunciado em 1968, suspendendo os direitos políticos e garantias constitucionais, como o habeas corpus, e abriu a possibilidade de intervenção federal nos estados e municípios, fechando o poder legislativo e foi o marco temporal de início dos anos de chumbo. Os anos de chumbo foram assim caracterizados pela historiografia por serem marcados pela agudização do terrorismo de Estado imposto pela ditadura civil-militar - a qual resultou, entre tantas outras consequências, na intensificação da tortura, prisões e desaparecimentos políticos - muitos dos quais, todavia, não esclarecidos.

Seguindo a linha do Comitê Nacional, que orientou a militância da AP para o estudo do marxismo, a discussão ultrapassou as expectativas iniciais. O CN editou dois compêndios com obras de Marx, Engels, Lênin, Stálin, Mao Tsé-Tung e Louis Althusser que deram início ao debate. Em seguida, um grupo de dirigentes recém chegado da China editou o “Esquema de Seis Pontos”, que “somente enunciava posições, sem as desenvolver ou justificar” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 70).

Em linhas gerais, o Esquema de Seis Pontos defendia: Ponto 1) a etapa atual do marxismo era inteiramente nova, a do pensamento de Mao Tsé-Tung; Ponto 2) a sociedade brasileira ainda possuía caráter semicolonial e semifeudal; Ponto 3) a revolução a ser construída era a de tipo nacional e democrático; Ponto 4) a guerra popular era o caminho de construção dessa revolução; Ponto 5) a “questão do partido”, posicionando-se no sentido de reconhecer que o PCdoB era o partido comunista do país e que a reconstrução do partido no Brasil era necessária; Ponto 6) apontava a “integração na produção” como meio de transformação ideológica dos militantes da AP, em decorrência de sua origem pequeno-burguesa (LIMA; ARANTES, 1984). A disputa interna à organização foi conformando duas correntes, uma delas filiada ao maoísmo e a outra ao foquismo:

Foram-se formando duas alas no interior da AP: a chamada "corrente 1", que transplantava para o Brasil o modelo revolucionário chinês, cuja influência pode ser constatada no documento de 1967, intitulado Esquema dos Seis Pontos, redigido pelo dirigente Jair Ferreira de Sá, após estada na China; e a "corrente 2", liderada por Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistente à maoização da AP e considerada "foquista" por seus adversários. (RIDENTI, 1998, p. 13)

A corrente 2 mantinha a posição anti-revisionista, mas divergia quanto à existência da terceira etapa do marxismo-leninismo. Não reconheciam nenhum traço feudal significativo no país, e, portanto, consideravam a sociedade brasileira capitalista. Assim, defendiam a revolução imediatamente socialista, ainda que não tenham chegado a um consenso quanto ao caminho para a revolução - apesar de alguns de seus dirigentes adotarem a perspectiva foquista. Finalmente, a divergência quanto à questão do partido: para a corrente 2 não teria existido o partido proletário no Brasil, e restava a necessidade de construí-lo (LIMA; ARANTES, 1984).

Em oposição ao Esquema dos Seis Pontos, a corrente 2 respondeu com as “Duas posições”, autoproclamando-se “comunistas da AP” (DIAS, 2021, p. 78). Esse documento configurou-se como uma resposta aos posicionamentos de seus opositores. A corrente 2 considerava a outra corrente dogmática, por transpor o maoísmo à realidade brasileira sem realizar a sua necessária correlação. Divergiam da sua política de integração:

A consagração de uma “prática”, de uma “integração com as massas”, em oposição à teoria revolucionária, em oposição ao marxismo-leninismo, nosso guia para a ação, instalava nas bases o empirismo necessário como garantia para a aplicação de um sistema dogmático e oportunista. (AP, 1968, p. 10 apud DIAS, 2021, p. 79).

Em “Duas posições”, a corrente 2 fez uma avaliação da trajetória da AP, inclusive do Documento Base, de 1963, e da Resolução Política, de 1965 (DIAS, 2021). Já os militantes da AP exilados na França levaram à organização a influência do pensamento althusseriano, que contribuiu para que a Ação Popular tenha elaborado o seu rompimento com o humanismo. Althusser refutou o humanismo em Marx, reafirmando o seu caráter científico, o materialismo histórico - apoiando-se em uma cisão entre a obra do jovem Marx e a sua contribuição da maturidade (DIAS, 2021).

Em meio a toda essa turbulência política, ocorreu a I Reunião Ampliada da Direção Nacional (I RADN), que estabeleceu como um de seus objetivos principais a “reconstrução do partido proletário no Brasil”, em 1968 (LIMA; ARANTES, 1984, p. 110). Quanto a esta questão, que foi uma das grandes polêmicas da esquerda no período (RIDENTI, 2015), a AP se considerava o núcleo ou um dos núcleos do partido proletário ao qual se propunha a construir. Na I RADN a luta interna agudizou-se, resultando na expulsão dos membros da corrente 2 e na assunção da organização

como marxista-leninista, oficializando a adesão da AP ao maofismo. Com a “vitória completa” da corrente 1 e seu Esquema dos Seis Pontos a política de integração na produção foi “aceita como o método a ser mais amplamente incentivado dentro do que já se chamava de ‘movimento de proletarização’ da AP” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 72).

Sob a influência da Revolução Cultural Chinesa, em 1966, mas também do ideal marcado pelo precedente catolicismo, em 1968, iniciou-se a obrigatoriedade da integração na produção de militantes. Nasceu com o objetivo de transformar a organização pequeno burguesa em uma organização proletária. Segundo Arantes & Lima (1984), a integração na produção iniciou-se em 1967, em São Paulo e na Bahia – antes mesmo da sua aprovação como política organizacional na I RADN. Para Marcelo Ridenti (1998), “[...] a maioria dos militantes e dirigentes foi enviada às fábricas e ao campo para realizar trabalho produtivo, o que era visto ‘como o fator gerador de uma nova consciência revolucionária’, muito mais do que qualquer discussão teórica” (p. 13). Haroldo Lima e Aldo Arantes, dirigentes da corrente 1 e defensores da integração na produção, realizaram uma avaliação dessa atividade, apontam o levantamento de 120 militantes que teriam sido integrados, discutem os erros e acertos da política e posicionam-se:

[...] embora com erros e ocasionando prejuízos, foi positivo o saldo do movimento de ‘integração’ na AP. Contribuiu destacadamente para que a organização deixasse de ser predominantemente estudantil e intelectual e passasse a viver uma problemática social inteiramente distinta. (ARANTES; LIMA, 1984, p. 117).

Apesar de ter iniciado como uma forma de promoção da transformação ideológica dos militantes da AP, oriundos da pequena-burguesia, a integração na produção passou a ser também uma forma de proteger militantes clandestinos ou que já haviam “caído”, já que esse processo comumente resultava em deslocamento do militante para outros estados - reduzindo as chances de seu reconhecimento e perseguição pelo Estado.

Em 1969, a pena de banimento do território nacional e a pena de morte foram estabelecidas através dos Ato Institucional nº 12 e Ato Institucional nº 13, respectivamente. É nesse mesmo ano que ocorre o sequestro ao embaixador norte-americano no Brasil, através do qual exigiram a sua troca pela libertação de presos políticos. Outros acontecimentos marcantes nesse ano são o assassinato de Carlos

Marighella e a assunção do general Emílio Garrastazu Médici à presidência (NETTO, 2014).

A situação política na ditadura era de crescente e violenta repressão, e, na AP, a “questão do partido” permaneceu em discussão - já que era o seu principal celeuma, já que dessa definição dependia a organização da luta. Um setor dos dirigentes da Ação Popular aproximou-se cada vez mais do PCdoB. A opinião de Lima & Arantes é representativa desse grupo:

Uma unidade de princípios e política estava existindo com o PC do Brasil. Especialmente a atitude firme e ofensiva desse partido frente ao revisionismo contemporâneo, capitaneado pelo soviético, aproximava a AP daquela agremiação política. Além do mais, as posições básicas a respeito do caráter da sociedade brasileira, do caráter da etapa revolucionária do Brasil, do caminho da revolução e da crítica ao “foquismo” davam base a que se pudesse considerar que entre as duas organizações havia uma unidade nas questões fundamentais. (LIMA; ARANTES, 1984, p. 121).

PCdoB e AP reuniram-se em maio de 1969 para a discussão de conjuntura e “a questão do partido”, demonstrando que a articulação entre as forças políticas se fortalecia mesmo sem a definição da AP. A II Reunião Ampliada da Direção Nacional da Ação Popular voltou a se reunir em junho de 1969 e elegeu uma Comissão Executiva Provisória (CEP) com a tarefa de encaminhar a eleição do novo Comitê Central. Nessa reunião, ocorreu um “ritual de auto destruição da AP para a reconstrução em novas bases” (DIAS, 2021, p. 88). Estava colocada a negação do passado da AP, pequeno-burguês e inicialmente reformista, para uma nova organização, um partido revolucionário proletário (DIAS, 2021). Esse processo pode ser compreendido como continuidade e parte daquele que se iniciou com a integração de seus militantes na produção, nas cidades e no campo, quase que num ritual de expurgo dos traços pequeno-burgueses.

Na II RADN a “questão do partido” deveria ser dirimida: sua principal resolução foi a de reconstruir o partido unificado do proletariado no Brasil (DIAS, 2021). A maioria do plenário posicionou-se afirmando não ter condições de decidir naquele momento a questão crucial: se o PCdoB teria nascido em 1922 e sido reorganizado em 1962, sendo, portanto, o mais antigo e único representante legítimo proletário; ou se o PCdoB teria sido fundado em 1962, quando de sua cisão do PCB. Assim se encerrou a II RADN, sem chegar a uma conclusão e a um consenso sobre a questão do partido (LIMA; ARANTES, 1984). No entanto, “compreendia-se que a AP e o PCdoB eram

dois partidos criados em 1962, aptos a desempenhar as tarefas exigidas pela terceira etapa do marxismo.” (DIAS, 2021, p. 93).

Na “questão do partido”, destaca-se a compreensão de matriz stalinista, de que a classe operária só poderia ter um partido. Assim, a partir da conclusão de que a AP e o PCdoB poderiam ser esse partido, surge no cenário a possibilidade de unificação das duas organizações - ou fundindo-se em uma nova organização, ou unindo-se a um dos polos, PCdoB ou AP. O PCdoB, além de ser reconhecido no Brasil pelo PC Chinês como o partido comunista, compartilhava com a AP a concepção de revolução nacional-democrática e a deflagração da guerra popular prolongada para a conquista do poder (DIAS, 2021).

A CEP então seguiu seus estudos e o debate sobre a questão, o que, segundo Lima e Arantes (1984) culminou na conclusão de que o PCdoB seria o verdadeiro partido da classe operária brasileira. No entanto, a Ação Popular não estaria pronta para lidar com a consequência dessa conclusão: a necessidade de incorporar-se ao PCdoB - essa decisão ainda tardou três anos (LIMA; ARANTES, 1984, p. 127-128). Sobre essa incorporação,

[...] isso evidentemente punha um fim à existência autônoma da AP como organização política, e este é o limite da consequência revolucionária de uma organização pequeno-burguesa, como de fato a Ação Popular ainda era. Por todo o raciocínio político que a AP vinha fazendo, o PC do Brasil terminara sendo reconhecido como o partido da classe operária brasileira, a quem, em tese, caberia a direção da revolução. Mas daí ao reconhecimento explícito desse papel dirigente e às medidas práticas que expressassem esse reconhecimento ia toda uma fase de aprendizado e amadurecimento pela qual a Ação Popular teria ainda que passar. (LIMA; ARANTES, 1984, p. 128).

Em outubro de 1969, a CEP aprovou a Circular “Preparar Ativamente a Guerra Popular”, confirmando a opção da luta armada a partir do campo e a organizando. A AP realizou uma pesquisa de áreas estratégicas para dar início à guerra popular prolongada. A partir desse momento, teria início a atuação mais sistemática de uma “minoría”, que passou a manifestar divergências. Defendeu a criação de um partido inteiramente novo, de tipo específico da terceira etapa do marxismo-leninismo-maoísmo - o que segundo eles o PCdoB não era (LIMA; ARANTES, 1984).

Outra divergência era sobre a revolução brasileira, compreendida pela “maioría” por seu caráter etapista para superar os resquícios do feudalismo e do colonialismo, e, após, a revolução socialista. Já a “minoría” defendia a tese da

revolução imediatamente socialista (LIMA; ARANTES, 1984). Em meio às divergências e à disputa entre os dirigentes da AP, iniciou-se a preparação da III Reunião Ampliada da Direção Nacional. Na construção da III RADN as divergências entre a "maioria" e a "minoria" intensificaram-se e ampliaram-se – chegando às bases da organização.

Nos primeiros anos da década de 1970, começaram as atuações do DOI-CODI, além da censura prévia a livros e revistas. Carlos Lamarca foi assassinado no interior da Bahia. Do lado da resistência, novos sequestros foram realizados e em 1972 iniciou-se a guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB na região rural do Pará, Maranhão e Goiás. O início da guerrilha incentivou ainda mais os militantes da AP a acelerarem a aproximação da organização ao PCdoB (LIMA; ARANTES, 1984).

A III Reunião Ampliada da Direção Nacional, que ocorreu em março de 1971, aprovou o "Programa Básico", com concessões da "minoria" e da "maioria". Nesse Programa, a organização autodenominou-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML), afirmando ser "uma organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado" (FILHO, 1985, p. 293). Defendeu que o maoísmo é uma continuação e uma nova etapa do marxismo-leninismo e que Mao Tsé-tung é o líder incontestável do proletariado do mundo inteiro. Assim, "a nova Ação Popular guia-se pelos princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo." (FILHO, 1985, p. 293).

O documento apresenta a "nova" Ação Popular, uma organização renovada que superou seu passado pequeno-burguês: a nova Ação Popular é um partido marxista-leninista. O PB orienta "que todos os seus organismos e militantes perseverem no estilo proletário de trabalho duro e vida simples", "combinando teoria com prática, integrando-se com as massas e praticando a crítica e a auto-crítica" (FILHO, 1984, p. 294). Não se orienta explicitamente a "integração na produção" enquanto modo de expiação pequeno-burguês e transformação no verdadeiro revolucionário, mas mantém a orientação de que "para aplicar o princípio de integração com as massas, defende resolutamente a política de lutar junto, viver junto e trabalhar junto." (FILHO, 1985, p. 295).

No PB, o seu “Programa Máximo”, ou seja, a sua meta final, “é o programa fundamental do proletariado: emancipar a classe operária emancipando a humanidade inteira” (FILHO, 1985, p. 295), e “realizar o comunismo no mundo inteiro” (FILHO, 1985, p. 296). Ainda que não fosse um consenso dentre os dirigentes da APML, defenderam a revolução ininterrupta por etapas, já que “para conquistar a vitória, o proletariado tem antes de tudo que derrubar a ditadura burguesa sob qualquer uma de suas formas” (FILHO, 1985, p. 298), mantendo a concepção – em comum com o PCdoB e o PCB - de revolução em duas etapas. Por isso, o “[...] Programa Mínimo da nova Ação Popular, a meta imediata pela qual se bate na atual etapa da revolução brasileira, é o programa de todo o povo brasileiro; a revolução nacional, democrática e popular, antiimperialista e agrária.” (FILHO, 1985, p. 301).

Para tanto, a APML elegeu como estratégia a tomada do poder pelas armas: “A luta armada [...] é o único caminho para a salvação do nosso povo.” (FILHO, 1985, p. 303). Essa luta seria através de “[...] uma guerra justa, dura e prolongada [...]” (FILHO, 1985, p. 303). A sua tática estabelecida foi de preparar e desencadear a guerra popular, ampliando e radicalizando as ações de massas no campo e nas cidades. Por fim, a organização se posicionou pela construção de um partido do proletariado do Brasil “[...] de tipo inteiramente novo [...]”, conquista da corrente minoritária, que não considerava o PCdoB o verdadeiro partido proletário do país e concluindo a necessidade de sua criação. No entanto, o Programa Básico

[...] propõe ao Partido Comunista do Brasil e a todas as forças e revolucionários verdadeiramente marxista-leninistas que façamos os máximos esforços para encontrar, através da luta comum e do debate fraternal, o caminho através do qual o proletariado do Brasil poderá acelerar e levar a revolução brasileira até a vitória, com a arma indispensável de um partido proletário de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta, correto, unificado e poderoso. (FILHO, 1985, p. 305).

O PCdoB respondeu negativamente a esse apelo, visto que se considerava o verdadeiro e único partido proletário brasileiro. No decorrer da disputa entre correntes da APML, o Comitê Central entrou em diversas discordâncias, que resultaram na resolução da “maioria” de incorporação ao PCdoB, a ser confirmada no II Congresso da AP.

Pela perseguição, clandestinidade, exílio, assassinatos políticos e demandas organizativas urgentes esse Congresso acabou não se concretizando e a disputa

interna agudizando-se a tal ponto que culminou em ruptura. A “maioria” e a “minoria” reivindicavam-se como a legítima APML. A “maioria” acabou se incorporando ao PCdoB e a “minoria” seguiu como APML. Sofreu muitas perdas de militantes e dirigentes, resistindo ao modo como lhe foi possível. Chegou a exercer influência no movimento estudantil universitário, especialmente em São Paulo, em meados da década de 1970. Acabou ocorrendo sua dissolução no início dos anos 1980, quando considerável parcela de seus militantes se integrou ao processo de organização do Partido dos Trabalhadores (AZEVEDO, 2016).

A grande capilaridade da Ação Popular possibilitou que a sua influência política se espraiasse e atingisse diversos setores da sociedade brasileira, principalmente através do movimento estudantil. Caracterizou-se por sua atuação de massas e pela capacidade de transformar-se ao longo do tempo frente aos novos desafios que enfrentou. Para o Serviço Social, a Ação Popular contribuiu na erosão do viés tradicional da profissão e na sua renovação, como discutiremos no próximo capítulo.

3 SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: DIÁLOGOS COM A AÇÃO POPULAR

A gênese do Serviço Social e da Ação Católica Brasileira são frutos de movimentos da Igreja Católica, por meio de seu laicato, com o objetivo de restabelecer sua influência no Estado e na sociedade brasileira. As atividades da Igreja Católica envolveram a sua mensagem e a sua ideologia, assim como o “engajamento da Igreja na dinâmica dos antagonismos de classe da sociedade na qual está inserida” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 149).

A Igreja Católica foi influente na sociedade brasileira desde o período colonial, no entanto, perdeu parte de seu poder político e ideológico para a emergente burguesia na República Velha (1889-1930). A Reação Católica surgiu enquanto um movimento da Igreja para a recuperação dos seus privilégios e das suas prerrogativas, e, em especial, da sua influência junto ao Estado:

Ante a desagregação da Sociedade Civil tradicional e ao declínio de sua influência - ante a “ultrapassagem da concepção religiosa do mundo” - a Igreja Católica deverá reagir, reagrupando suas forças, visando à reconquista de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 150).

Para tanto, a Igreja Católica mobilizou o seu laicato e iniciou um movimento junto à elite católica, tomando por base a elite intelectual, através da Revista A Ordem, de 1922, e o Centro Dom Vital, de 1923, ambos sob a direção de Jackson Figueiredo⁶. Logo a Igreja também lançou as suas organizações de massa, que tiveram o papel de enquadrar e controlar a população católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Em sua primeira fase, a Reação Católica não esteve voltada à questão social, ainda que

No plano interno [...] os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 176).

É no contexto pós I Guerra Mundial que emergiram as protoformas do Serviço Social (NETTO, 2011): as obras e as instituições assistenciais que envolveram famílias da grande burguesia e a própria militância de elementos femininos católicos. Por contarem com um aporte de recursos financeiros e de contatos junto ao Estado puderam realizar atividades de maior envergadura e com maior eficiência. Assim, realizaram uma ação “já dentro de uma perspectiva embrionária, de *assistência*

⁶ Destacamos o estudo do professor Dr. Sérgio Antônio Carlos para maior aprofundamento da discussão sobre a restauração católica e a atuação de Jackson Figueiredo, conforme a referência: CARLOS, Sergio Antonio. Jackson de Figueiredo e a restauração católica. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 12, n. 36, ago. 1991, p. 114-25.

preventiva, de apostolado social” e com o objetivo de “*atender e atenuar* determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 177). Assim,

O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre as antigas *Obras Sociais* - que se diferenciavam criticamente da *caridade tradicional* - e os novos movimentos de *apostolado social*, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do Movimento Laico, impulsionado e controlado pela hierarquia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 178).

Houve um incremento na participação da Igreja Católica nos assuntos públicos a partir da Era Vargas, que caracterizou-se por uma crise de hegemonia entre as frações burguesas e pela crescente mobilização das classes subalternas. Assim, o próprio Estado buscou o apoio da Igreja Católica, que contribuiu para atribuir estabilidade ao regime e para intervir na dinâmica social. A pauperização da classe operária e a resistência que essa classe imprimiu teve como resposta uma repressão constante e cada vez mais intensa, acompanhada por políticas sociais compensatórias, em especial a trabalhista, juntamente com uma forte campanha ideológica caracterizando o Estado como benfeitor (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Os anos de 1931 a 1935 foram o ponto alto da mobilização do laicato, que através da Liga Eleitoral Católica exerceu um centro de gravitação para todos aqueles políticos comprometidos com as pautas da Igreja Católica - independente de partido político. Em 1933 ocorreu a eleição para a assembleia constituinte, que se reuniu e promulgou a Constituição Federal de 1934. Nela, os católicos conseguiram incluir seus postulados, uma grande vitória de seu movimento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

As preocupações que levaram a Igreja a intervir na sociedade através do laicato originaram a Ação Católica, gérmen da profissão e da juventudes católicas - Juventude Estudantil Católica; Juventude Operária Católica; Juventude Agrária Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica. A Ação Católica foi um movimento de leigos, que teve como missão “[...] a divulgação da doutrina da Igreja em vista à reforma social” e que “[...] como baluarte do apostolado da Igreja, deve engajar-se seriamente na reconstrução da sociedade.” (AGUIAR, 2011, p. 30-31). Assim, diante da exigência de criação da Ação Católica pelo papa Pio XI, a Ação Católica Brasileira é criada em 1935:

O seu objetivo imediato é *formar* o laicato católico para colaborar na missão sublime da Igreja - salvar as almas pela *cristianização dos indivíduos, da Família e da Sociedade*. [...] A preocupação de formação da Ação Católica

centrar-se-á nas elites. Na medida em que estas estiverem preparadas, serão capazes de influenciar na vida social. A reforma da sociedade virá através das elites, logo, de cima para baixo. As elites devem cristianizar o povo. (AGUIAR, 2011, p. 35).

Nesse sentido, foram realizadas as Semanas de Ação Social, sendo estas “um dos instrumentos utilizados para a formação social dos católicos. Elas serviram à difusão da doutrina social da Igreja para grandes massas.” (AGUIAR, 2011, p. 44) e foram o gérmen da organização de Escolas de Serviço Social, visto que contribuíram para demonstrar a necessidade de formação para a intervenção nos problemas sociais com a finalidade de um reformismo conservador da sociedade (IAMAMOTO, 2013).

Refletindo, no entanto, a fase embrionária em que o serviço social se encontra - um prolongamento da Ação Social - constitui-se no essencial em veículo de doutrinação e propaganda do pensamento social da Igreja, propondo-se à mobilização da opinião católica para o apostolado social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 212).

A mobilização do laicato foi liderada por homens, os intelectuais, os padres e os bispos da Igreja Católica. No entanto, a ação social em si foi protagonizada por mulheres. A profissão leva a marca de sua feminização desde sua gênese até os dias atuais. Nesse sentido,

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a *consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social* e o dever de *tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades*. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 183).

O Serviço Social nasceu à serviço da ideologia da Igreja Católica e tanto no campo de sua prática como no campo de sua teoria recebe a sua influência, de modo que “toda visão de homem se dará, sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo” (AGUIAR, 2011, p. 45). Nessa primeira fase do Serviço Social no Brasil a formação profissional foi doutrinária e moral (CARLOS, 1993), embasada no neotomismo⁷. A formação profissional das décadas de 1930 e 1940 atenderam à

⁷ O neotomismo caracteriza-se pela retomada da filosofia de Santo Tomás de Aquino, do século XIII. Partindo de Aristóteles, Santo Tomás promoveu reflexões sobre como Deus e o mundo se relacionam, a fé e a ciência, a teologia e a filosofia. Para ele, o homem é a união perfeita entre corpo e alma, valorizando também a dimensão da racionalidade através da qual expressa a sua vontade. A sua tendência na busca da virtude é ir ao encontro de Deus. Defende a necessidade do Estado para chegar ao bem comum, sendo este um Estado que supõe autoridade - sendo que todas as formas de autoridade derivam de Deus (AGUIAR, 2011). Dessa compreensão de homem e de sociedade parte o

missão do Serviço Social na reforma social proposta pela Igreja. Essa missão não “esconde nem camufla sua postura, ao contrário, encontra formas pedagógicas ou técnicas de fazer com que a ideologia assumida seja comunicada aos alunos” (AGUIAR, 2011, p. 47). Desse modo,

A origem no seio do bloco católico e na ação benévola e caridosa de senhoras e moças da sociedade; o imbricamento da teoria e metodologia do Serviço Social com a doutrina social da Igreja e com o apostolado social, parecem constituir-se - especialmente nesta fase inicial, mas deixando marcas profundas que ainda se fazem sentir - em elementos centrais, responsáveis não apenas por uma série de esquemas de percepção, como também por formas de comportamento e desempenho profissional. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 231).

Desse modo, infere-se que essas marcas profundas da doutrina social da Igreja, além de imbricar-se à teoria e à metodologia do Serviço Social, relacionam-se à trajetória de constituição da Ação Popular enquanto fruto de uma radicalização de um setor da própria Igreja Católica. Assim, as interconexões entre a organização e a profissão contribuíram para que os cursos de Serviço Social tenham se constituído em lócus de fecundidade para a influência da Ação Popular. As marcas profundas de um passado católico, em um momento de reorganização ideopolítica da Igreja Católica, influenciaram tanto a profissão quanto a própria organização de esquerda, e poderiam constituir-se em uma das dimensões explicativas para este engajamento.

A mística em torno das assistentes sociais as conformou enquanto “modernos agentes da caridade e da justiça social”, valorizando uma suposta “vocação de servir”, em uma “atitude não despida de romantismo” - articulada a uma concepção essencialista de g nero que contribui com essa caracterização -, apesar de ter sido uma caracterização que contribuiu “para obscurecer e dar aparência de qualidades profissionais, neutras e caridosas, a um projeto de classe” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 246).

No entanto, as pioneiras do Serviço Social “construíram trajetórias de vida que extrapolaram os padrões vigentes para mulheres de suas origens social, econômica e de g nero” (MIZOGUCHI, et al, 2021, p. 298). Ou seja, ainda que essas pioneiras tenham construído as suas trajetórias sob a influência do pensamento conservador, nas trilhas do Serviço Social tradicional, o seu conservadorismo as caracteriza, mas não as limita. Consideramos que as “suas trajetórias apresentam inflexões no que tange aos papéis de g nero vigentes” (MIZOGUCHI et al, 2021, p. 305).

Serviço Social brasileiro em seus primeiros momentos, o que seguramente explica a sua atuação e formação profissional.

Paulatinamente o eixo de influência do Serviço Social vai deslocando-se da Europa para os Estados Unidos a partir de meados da década de 1940. O marco do início dessa influência é a Conferência Nacional de Serviço Social de Atlantic City, em 1941, promovida pela American Association of Schools Work. A decisão de oferecer bolsas de estudos para assistentes sociais da América do Sul se tornou a principal rota de influência dos Estados Unidos ao Brasil. As bolsistas iam estudar nos EUA e ao retornar ao Brasil traziam as técnicas estadunidenses para as Escolas de Serviço Social, que as incluíam em seu currículo (AGUIAR, 2011).

A participação cada vez mais decisiva do Estado no desenvolvimento de ações sociais, assumindo-se enquanto regulador das relações sociais de produção e reprodução social, resultou em novas requisições para o Serviço Social. Além disso, com o surgimento e o desenvolvimento das grandes entidades assistenciais, como a Legião Brasileira de Assistência, o SENAI e o SESI, dá-se o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social:

A profissão de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades. A partir desse momento só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos - sua ação na reprodução das relações sociais de produção - englobados no âmbito das estruturas institucionais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 326).

Para responder às demandas emergentes, a profissão buscou ampliar os seus referenciais técnicos a fim de atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista. Caracterizou-se, no entanto, como um “arranjo teórico doutrinário”, o discurso humanista cristão combinado ao suporte técnico-científico de inspiração positivista em que se pautará a profissão nesse momento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

No pós II Guerra Mundial, após os EUA ser liberado da atuação direta no conflito, e sob a Guerra Fria, intensificou-se a campanha ideológica estadunidense no Brasil e na América Latina - o que resultou em sua interferência na profissão. O Serviço Social incorporou as teorias estrutural-funcionalistas e novas abordagens profissionais – como o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade (YAZBEK, MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). A abordagem clássica da metodologia do Serviço Social tradicional era constituída pelos Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e, posteriormente, Serviço Social de Comunidade. Caracterizavam-se por uma perspectiva pragmática da profissão, na qual se destaca a

[...] preocupação com as situações-problema; predomínio do trato com o real; ênfase no desenvolvimento e sistematização de práticas por vezes

imediatistas, sem maior “cuidado” com questões teóricas; domínio da discussão do “como fazer”, muitas vezes presa a visões de método instrumentalizadores e atadas a uma mera sequência de procedimentos. (QUIROGA, 1991, p. 10).

O Desenvolvimento de Comunidade em expansão nesse período não se manifestou como uma ameaça ao tradicionalismo da profissão, alinhando-se à concepção profissional de então. De acordo com Ammann (2013), essa primeira fase do DC sintonizou-se à compreensão de que o atraso do país estava relacionado ao atraso do campo. Assim, o DC atuou para a “modernização do meio rural”, vencendo a “suposta estagnação das forças produtivas do campo” (AMMANN, 2013, p. 240), sem questionar as razões estruturais para esse suposto atraso.

O Serviço Social brasileiro, nesse período, não apresentou grandes polêmicas, qualificou-se por sua homogeneidade e por supostas assepsia e neutralidade. Os encontros da categoria eram eventos de celebração (NETTO, 2015). O Serviço Social tradicional poderia ser caracterizado por uma

“prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (NETTO, 2015, p. 156).

No entanto, já a partir da segunda metade da década de 1950, emergiu um rol de vetores de erosão do Serviço Social tradicional. As demandas no trato da questão social, decorrentes do processo de industrialização pesada em andamento no país, iam além do que a prática profissional do Serviço Social poderia responder – principalmente o Serviço Social de Caso e o Serviço Social de Grupo. Inclusive, nesse processo iniciaram-se as práticas comunitárias que contiveram os vetores para a ultrapassagem do Serviço Social tradicional – ainda que não o tenham transcendido (NETTO, 2014). Ou seja,

Essas posições diferenciadas, no Serviço Social, florescem especialmente entre profissionais vinculados a trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, que se lançam na busca de alternativas à proposta oficial, veiculada através de organismos internacionais, na tentativa de adequação de diretrizes e métodos de atuação comunitária às peculiaridades da conjuntura nacional. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 381).

A adoção do Desenvolvimento de Comunidade sintonizou-se com o contexto em que a preocupação com a superação do subdesenvolvimento e com o desenvolvimentismo estava presente para as ciências sociais, o Estado e a classe política do país. O DC desviava o olhar profissional do microssocial para o macrossocial, gerando a sua ampliação – o que produziu um processo de despertar

da categoria para aspectos da questão social que desbordavam aquilo que tradicionalmente estavam postos como uma preocupação profissional. A inserção de assistentes sociais em equipes multiprofissionais também contribuiu para romper com o isolamento da profissão (NETTO, 2015).

A segunda fase do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil caracterizou-se por sua identificação às reformas de base, tendo como exemplo de suas práticas as articulações de sindicatos rurais e o Movimento de Educação de Base (MEB). Nesse momento o DC esteve articulado às preocupações quanto ao desenvolvimento nacional em um quadro de mudança macrossocietária: “Se de um lado são ainda conservados vários traços típicos da disciplina no período anterior, a partir de 1960 tenta-se conferir-lhe um caráter político, crítico e classista.” (AMMAN, 2013, p. 93).

Além do Desenvolvimento de Comunidade ter sido legitimado com a sua adoção pelos quadros de destaque da categoria, o DC era visto pelos novos quadros da profissão como “[...] a forma de intervenção profissional consoante com as necessidades e as características de uma sociedade como a brasileira – onde a ‘questão social’ tinha magnitude elementarmente massiva.” (NETTO, 2014, p. 181).

Assim, esse processo erosivo ocorreu

nesta postura que, nem sempre elaborada teórica e estrategicamente, se filtra a erosão das bases do Serviço Social “tradicional”: sem negar-lhe explicitamente a legitimidade, as novas energias profissionais dirigiam-se para formas de intervenção (e de representação) que apareciam como mais consentâneas com a realidade brasileira que as já consagradas e cristalizadas nos “processos” que o identificavam historicamente (o Caso e o Grupo). (NETTO, 2014, p. 181).

No entanto, houve apenas uma sinalização de crise do Serviço Social tradicional, que não foi efetivada naquele momento. A conjuntura de efervescência política e social dos anos 1960 - amplas mobilizações populares, como a luta pelas reformas de base, o crescimento da influência do movimento estudantil através da retomada da UNE pela esquerda e com a greve do 1/3, a radicalização das lutas sociais, além da tentativa de impedimento da posse de João Goulart e a Campanha da Legalidade em sua defesa - dinamizou e intensificou o processo erosivo da profissão.

Esse contexto sociopolítico rebateu no Serviço Social, através de quatro condutos específicos (NETTO, 2015): I) o amadurecimento de alguns setores da categoria profissional na sua relação com outros protagonistas - diferentes profissionais, em equipes multiprofissionais; as comunidades em que realizavam a intervenção profissional e com grupos politicamente organizados; e núcleos

administrativos e do Estado; II) afastamento de alguns segmentos da Igreja Católica em face de seu conservantismo, além da organização de católicos progressistas; III) o crescimento do movimento estudantil, que ingressou nas escolas de Serviço Social; IV) o referencial das ciências sociais do período, sintonizadas pelas dimensões críticas e nacional-populares .

Este “espraizar o movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social” (NETTO, 2014, p. 183) gerou enorme influência na profissão. O momento histórico é de grande efervescência do movimento estudantil e que, em 1961, iniciou-se uma década de presidentes da UNE eleitos pela AP (LIMA; ARANTES, 1984) – o que demonstrou a influência e a capilaridade da organização. A UNE-Volante foi composta por 20 a 25 estudantes – membros da diretoria da UNE e do Centro Popular de Cultura – e percorreu quase todas as capitais do Brasil - com exceção de São Paulo, Niterói e Cuiabá. Realizou aproximadamente 200 assembleias gerais e realizou reuniões com dirigentes estudantis de todo país. O Centro Popular de Cultura da UNE fazia apresentações de peças teatrais como o “Auto dos 99%” (LIMA; ARANTES, 1984). O assistente social Vicente de Paula Faleiros relatou a sua experiência de militância no movimento estudantil e a sua influência no Serviço Social:

Ou era Serviço Social tradicional, ou era também dessa visão progressista das reformas, da transformação do Brasil, da redução das desigualdades. E nós fizemos o Auto dos 99%, que era uma peça da UNE que mostrava os 99% que estavam fora da universidade. Nas condições de pobreza, de miséria... E eu fui expulso... Expulso não, suspenso da faculdade por uma semana. Por causa deste teatro. (FALEIROS, 2019, p. 4).

Naquele contexto houve uma radicalização da luta de classes, com o ascenso dos movimentos sociais - além dos estudantes, as Ligas Camponesas, os sindicatos dos trabalhadores urbanos, as iniciativas no campo da Cultura Popular - que interferiu em como assistentes sociais e estudantes de Serviço Social compreendiam a realidade e a própria atuação profissional. Ao voltarmos o nosso olhar para as Escolas de Serviço Social, destaca-se a atuação do movimento estudantil, que, à época, hegemonizado pela AP, produziu inflexões na profissão. Portanto, *a atuação da Ação Popular produz influências sobre a erosão do Serviço Social tradicional, já que serve como catalisadora das insatisfações de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, que ao serem provocados a ampliar o seu olhar confrontam-se com a insuficiência doutrinária e instrumental oferecida pelo Serviço Social tradicional para intervir de forma efetiva, mas, principalmente, comprometida com os rumos defendidos pela emergente parcela da categoria profissional.* A ligação da profissão

com a Igreja Católica facilita a influência da JUC e da AP no Serviço Social, inclusive com a chegada do movimento estudantil às escolas de Serviço Social:

Quer em função da *dimensão* das escolas, quer – muito especialmente – da sua *unidade*: salvo situações muito pontuais, o movimento estudantil nas escolas de Serviço Social, durante toda a década de 1960, foi inteiramente dominado pela esquerda católica (primeiro, a *Juventude Universitária Católica/JUC*; em seguida, a *Ação Popular/AP*). Cabe observar que muitos dirigentes estudantis da época, com ativa militância nos processos políticos do tempo, integrariam posteriormente os quadros docentes do Serviço Social. (NETTO, 2014, p. 183).

Assim, *infere-se a influência da Ação Popular na erosão do Serviço Social tradicional por seu domínio no movimento estudantil presente nas Escolas de Serviço Social*. Considera-se que “a emersão de ‘católicos progressistas’ e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afetou sensivelmente a categoria profissional” (NETTO, 2015, p. 183). Aliás,

Nesse contexto é fortalecida uma “esquerda cristã” que passa a influenciar contingentes maiores de Assistentes Sociais, seja pela sua convivência no interior do “bloco católico”, seja por meio das escolas e do movimento estudantil. Por paradoxal que possa parecer, o rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conservadora da instituição partirá, essencialmente, do interior do próprio movimento católico. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 381).

A ditadura civil-militar acelerou o processo de erosão que vinha se desenvolvendo no Serviço Social tradicional desde a segunda metade da década de 1950 e que rumava a uma crise da profissão. Destacam-se as mudanças nas requisições profissionais impostas pelos espaços sócio-ocupacionais, além da ampliação do mercado de trabalho demandando quantitativamente - mais assistentes sociais- e qualitativamente - com a complexificação e diferenciação das atividades profissionais.

A profissão passou a questionar seus referenciais e houve uma predisposição de mudança em toda a América Latina, com a renovação profissional nos níveis teórico-metodológico, técnico-operativo e ideopolítico: gesta-se o movimento de Reconceituação. Teve seu início marcado pelo I Seminário de Serviço Social Latino-americano, ocorrido em Porto Alegre e articulado por Seno Cornely, e que correntemente tem seu fim datado de 1975, com o fim da experiência do método BH. Articulou a unidade latino-americana, através de correntes desenvolvimentistas que questionavam os métodos estrangeiros para a intervenção do Serviço Social no seio da Latinoamérica. Assim,

O Movimento de Reconceituação expressa assim, como mostram Alayón (1976, 2005) e lamamoto (1998), um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica), dotado de várias vertentes

e com nítidas particularidades nacionais [...] a *unidade daquele movimento assentava-se na busca de um Serviço Social latino-americano* (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 45).

No Serviço Social brasileiro, o processo de renovação - que diferencia-se do Movimento de Reconceituação, ainda que tenha recebido a sua influência - teve sua ocorrência precipitada pelo desenvolvimento do capitalismo e da modernização conservadora, em um cenário que está além das requisições da autocracia burguesa. Não obstante, “a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrictões do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise” (NETTO, 2015, p. 154). Houve núcleos e vetores que vieram a fomentar processos de oposição e de contestação ao regime ditatorial – desafiemo-nos a articular a militância na Ação Popular a esses processos de resistência.

O processo de renovação do Serviço Social não foi simples desenvolvimento das tendências postas no processo de erosão do Serviço Social tradicional. A sua ruptura partiu da laicização do Serviço Social, que “com tudo que implicou e implica, *é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa.*” (NETTO, 2014, p. 169). Assim,

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2015, p. 172).

Até o final da década de 1960 e início dos anos 1970, no discurso e na ação governamentais, houve nitidamente um componente de validação e reforço do Serviço Social tradicional, o qual atendia a duas necessidades do regime: preservar os traços subalternos do exercício profissional e contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas (NETTO, 2015).

José Paulo Netto (2015) realizou uma investigação sobre a literatura profissional difundida nacionalmente entre 1965 e 1985, o que resultou no mapeamento e identificação de três distintas direções ao processo de renovação do Serviço Social: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Apresentamos a seguir uma breve conceituação de cada uma dessas direções, privilegiando a intenção de ruptura por relacionar-se ao nosso objeto.

O principal intelectual representativo da modernização conservadora foi José Lucena Dantas. Essa tendência conformou uma perspectiva modernizadora alinhada

à modernização conservadora perpetrada pela autocracia burguesa, enquanto manifestação na profissão da demanda de racionalização do Estado em decorrência do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Os textos dos seminários de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) são os principais documentos que sistematizam a sua produção teórica (NETTO, 2015).

Essa tendência da renovação relacionou-se ao processo de transição da profissão dos anos 1950 aos 1960, em uma relação de continuidade parcial e seletiva: excluiu de seu marco de influência todas as suas marcas transformadoras. No entanto, o que lhe caracterizou particularmente foi “a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais” (NETTO, 2015, p. 201). Ainda que a modernização levada à cabo tenha se mantido no arco do conservadorismo, de modo que “aceita de modo inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites” (NETTO, 2015, p. 201), são inegáveis os avanços que lega à profissão, com aportes extraídos do estruturalismo-funcionalismo norte-americano (NETTO, 2015).

O documento de Araxá marcou a virada da microatuação característica da intervenção profissional para a macroatuação, sintonizando-se às demandas postas à profissão. Houve a recusa em limitar-se às “funções executivas terminais” caracterizadoras da prática profissional a que se vinculou historicamente o Serviço Social, propondo-se a formular e gerir as políticas sociais (NETTO, 2015, p. 222). Evidentemente, esse não foi apenas um aspecto representativo da vontade de um setor profissional, mas alinhou-se à “demanda técnico-funcional em curso na moldura da autocracia burguesa que a categoria profissional [...] assume” (NETTO, 2015, p. 223).

Já o Documento de Teresópolis marcou a vitória do moderno sobre o tradicional, representando a cristalização da modernização conservadora na concepção do papel do assistente social como um “funcionário do desenvolvimento” (NETTO, 2015, p. 245). A perspectiva modernizadora “se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como *pauta interventiva*” (NETTO, 2015, p. 230). O documento privilegiou a questão da metodologia e centrou-se no cariz operativo: “a determinação de *formas instrumentais* capazes de garantir uma *eficácia* da ação profissional” (NETTO, 2015, p. 244).

Ainda que a modernização conservadora tenha sido referencial hegemônico da reflexão profissional até meados da década de 1970, nesta época iniciou-se um movimento que propôs uma compreensão diversa do estatuto e da funcionalidade da profissão. Emergiu a tendência de reatualização do conservadorismo, representativa de um segmento católico e ainda muito vinculada às perspectivas de um Serviço Social em sua gênese. É um movimento caracterizado por ser refratário às alterações propostas pela modernização - ainda que conservadora - e por privilegiar “os componentes mais conservadores da tradição profissional” (NETTO, 2015, p. 203).

Houve uma reatualização do pensamento católico tradicional e do pensamento conservador da profissão a partir de “matrizes intelectuais mais sofisticadas”, de modo que “recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática”. No entanto, essa reposição “se reclama nova”, simultaneamente repudiando a tradição positivista e a marxista (NETTO, 2015, p. 204). A sua marca é a reatualização do passado, que se realiza através da inspiração fenomenológica. A intelectual que representou a sua produção teórica foi Anna Augusta de Almeida. O que peculiarizou a sua posição renovadora foi justamente a sua dupla e simultânea invocação da fenomenologia e do personalismo católico” (NETTO, 2015, p. 298).

A terceira direção da renovação do Serviço Social emergiu sistematizando a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. É a principal herdeira do processo de erosão do Serviço Social em seus segmentos progressistas, bem como da Reconceituação, pois manifestou a intenção de “romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2015, p. 206). Sua principal expressão foi o projeto de formação profissional (BATISTONI, 2021) conhecido como Método BH - Método Belo Horizonte, que iniciou a partir de 1969 - mas mais visivelmente objetivado entre 1972 e 1975 (NETTO, 2015, p. 333).

Os seus referenciais foram marcados pelo ecletismo e partiram de influências do pensamento da esquerda católica, através das reflexões do padre Henrique de Lima Vaz, filósofo e teólogo jesuíta, assistente da JUC, nos seus textos e livros *Cristianismo e consciência histórica*, *Marxismo e filosofia*, *Consciência e realidade nacional*, que foram identificados nas disciplinas de filosofia da Escola de Serviço Social (BATISTONI, 2021, p. 85). Além dessas, estão as referências à Althusser,

através de dois vetores de suas ideias: sua discípula chilena Marta Harnecker, em *Los conceptos elementales de materialismo histórico*, que repercutiu no Movimento de Reconceituação latino-americano; e dos militantes da Ação Popular, os primeiros partidários de Althusser e os que traduziram seus textos *Marxismo, ideologia e ciência*, quando a AP assumiu o marxismo-leninismo (BATISTONI, 2021, p. 86). Além dessas, houve a influência de Mao Tsé-Tung, através dos ensaios *Sobre a prática* e *Sobre a contradição* na proposta de BH, que também chegaram através da militância política. Assim,

O maoísmo contido na proposta metodológica da ESS-UCMG se evidencia no *marco referencial teórico* que fundamenta a sua estruturação, na qual o processo de conhecimento da realidade se dá pela sucessão de *momentos sensíveis e abstratos*. A relação entre teoria e prática é compreendida pela determinação de que *a prática é produtora de conhecimentos* [...] ainda que, na argumentação, o texto explicita a necessidade de romper com o empiricismo como marca do tradicionalismo profissional. (BATISTONI, 2021, p. 87).

A intenção de ruptura passou por três momentos constitutivos: a sua emergência, a sua consolidação acadêmica e o seu processo de espraiamento sobre a categoria profissional (NETTO, 2015). A sua emergência teve início em 1969, com a elaboração do reconhecido Método BH, protagonizado por um grupo de jovens profissionais atuantes na Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais. A direção intelectual de seu movimento foi de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, ao redor de quem se concentraram os jovens docentes (NETTO, 2015).

Nenhuma das tendências se vinculou tão umbilicalmente à universidade, ainda que a inclusão das Escolas de Serviço Social nas universidades tenha sido um dos fatores que influenciou o processo de renovação profissional como um todo. A intenção de ruptura, por ter construído uma proposta de formação e de profissão crítica em meio à ditadura civil-militar, manteve-se dentro dos muros da universidade, já que “quer na área estatal, quer na área privada, o terreno para inovações prático-profissionais na perspectiva da ruptura era demasiado estreito e seu custo extremamente alto” (NETTO, 2015, p. 319). No entanto, esse insulamento não impediu a existência de sua possibilidade de experimentação através da extensão e dos estágios (NETTO, 2015).

Essa vertente foi marcada pelo contexto de seu surgimento, tanto no que diz respeito às restrições da ditadura civil-militar e o terror de Estado quanto nos processos de resistência levados à cabo pelas organizações de esquerda atuantes naquele momento. A influência e a herança que recebeu do processo erosivo profissional também a armou com um arsenal teórico crítico que a caracterizou. Para

Rosângela Batistoni (2021), a “linha de força” do processo de erosão do Serviço Social tradicional na Escola de Serviço Social da UCMG, de 1961 a 1964, “adveio, sobretudo, do movimento estudantil”, de quadros vinculados em especial à JUC e à Ação Popular, que, “além da politização dos processos educacionais, traziam as experiências do trabalho de comunidade, educação e cultura popular” (BATISTONI, 2021, p. 79). A vertente recorreu progressivamente ao marxismo:

No momento de sua emergência, o projeto da ruptura aproxima-se da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política - no que, recorde-se, conjuga-se o protagonismo oposicionista das camadas médias urbanas e a mobilização estudantil do período 1964-1968. (NETTO, 2015, p. 341).

Assim, denota-se a *relevância dos processos de militância de estudantes e profissionais de Serviço Social, em especial na Ação Popular, na sua aproximação à tradição marxista, no projeto da intenção de ruptura*. Ressaltamos que “todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto da ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política (frequentemente, político-partidária: mormente via os grupamentos de esquerda influenciados pela Igreja, situados fora do leito histórico do PCB).” (NETTO, 2015, p. 341).

O traço singular da emergência dessa tendência de renovação profissional foi ter elaborado uma proposta de romper com o tradicionalismo em um caráter global, no plano teórico-metodológico, no da concepção e da intervenção profissional, assim como na formação (NETTO, 2015). O projeto de Belo Horizonte foi interrompido em 1975 - momento no qual uma crise culminou com a demissão dos docentes que o protagonizaram. A sua consolidação acadêmica se deu do final dos anos 1970 até o primeiro terço da década de 1980, quando houve a recuperação dos frutos da vertente intenção de ruptura em trabalhos de conclusão de pós-graduação e ensaios. Nessa fase, os seus principais pólos de difusão foram São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande (NETTO, 2015). Ainda, houve um salto qualitativo em sua produção:

O saldo elementar deste avanço está em que configurou, por assim dizer, a maioria intelectual e teórica da perspectiva da intenção de ruptura: a partir dele, esta vertente situa-se numa interlocução paritária com as ciências sociais e com outras áreas da produção do saber, sem abrir mão da referencialidade profissional do Serviço Social. (NETTO, 2015, p. 338).

O terceiro momento constitutivo dessa vertente caracterizou-se por seu espraiamento para a categoria profissional. Teve como seus frutos mais imediatos o currículo mínimo de 1982 e “patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil

- evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, *produtivo*.” (NETTO, 340). Por fim,

E, a um só tempo, essas elaborações, vinculadas à intenção de ruptura, se direcionaram, face aos dilemas e exigências contemporâneos e às perspectivas futuras [...] para a superação do descompasso e impasses abertos ao Serviço Social na crise do regime autocrático, processos apreendidos nas análises substantivas de nossas(os) mais expressivas(os) pesquisadoras(es). Aqui uma lição da história se evidencia: é o presente em aberto que esclarece o passado e abre o seu devir. (BATISTONI, 2021, p. 74).

Para além das três tendências da renovação profissional elencadas por José Paulo Netto (2015), em recente investigação sobre o Movimento de Reconceituação na Escola de Porto Alegre de Serviço Social (atual PUCRS), foi realizada a descoberta da vertente renovadora denominada Reformismo Reconceituador. Essa vertente emergiu no I Seminário Latino-americano de Serviço Social, em 1965, em Porto Alegre - seminário que inaugurou o Movimento de Reconceituação (SCHEFFER et al, 2021).

O intelectual de referência do Reformismo Reconceituador foi Seno Cornely, assistente social reconhecido pela articulação latino-americana e por sua produção sobre o planejamento social. Essa vertente foi “articuladora do debate da unidade do Serviço Social latino-americano” (SCHEFFER et al, 2021, p. 98) e a primeira vertente da renovação do Serviço Social, anterior, inclusive, à Modernização Conservadora. As suas bases sociopolíticas foram o trabalhismo brizolista e as experiências educativas da Ação Popular (SCHEFFER et al, 2021).

As referidas experiências educativas foram realizadas no âmbito da Divisão de Cultura Popular, chefiada pela assistente social e docente da Escola de Porto Alegre, Lúcia Castillo, divisão essa que era subordinada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Em seus campos de estágio, Eva Silveira (atualmente Faleiros) e Maria Josefina Becker, realizaram trabalhos em educação popular em comunidades da capital gaúcha (MACHADO; CLOSS; ZACARIAS, 2018). Para essa vertente o assistente social é um agente da mudança, sintonizado ao anticapitalismo associado ao romantismo revolucionário da Ação Popular - além de receber influências da social-democracia, do marxismo revisionista de Bernstein, além do trabalhismo, de modo que

O reformismo reconceituador se organizava a partir da defesa da unidade latino-americana, numa perspectiva anti-imperialista e nacionalista ancorada na participação social como fundamento da democracia - integrando grupos pró-reformas sociais no período pré-ditadura. Essa tendência defendia o trabalho profissional com vistas à ampliação da função do Estado na promoção de melhorias econômicas e sociais, mediante o estímulo e o apoio à participação popular no planejamento e na gestão estatal, com ênfase para o debate das

reformas sociais que marcaram as lutas no pré-1964. (SCHEFFER et al, 2021, p. 101).

Nas trilhas da trajetória do Serviço Social na história e através das pistas deixadas por alguns dos mais destacados intelectuais da profissão - Iamamoto & Carvalho (2014), Netto (2015), Batistoni (2021) - buscamos demonstrar a influência da militância em Ação Popular no Serviço Social. Articulamos reconhecidas referências teóricas demonstrando o contexto histórico através do qual o Serviço Social emergiu e formulou respostas às questões que estavam postas ali, além de apresentar a história da própria Ação Popular. A partir de agora apresentaremos os depoimentos de assistentes sociais que foram militantes da organização a fim de demonstrar como se objetivou a referida influência na profissão.

4 ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA AÇÃO POPULAR

Através de pesquisa exploratória bibliográfica e documental para identificar estudantes e profissionais de Serviço Social militantes da Ação Popular, visamos encontrar respostas à nossa hipótese de que a militância em Ação Popular gerou inflexões na profissão, em especial na erosão do Serviço Social tradicional e na vertente intenção de ruptura do processo de renovação profissional (NETTO, 2015). Nossa iniciativa também objetivou valorizar e dar visibilidade para as suas trajetórias, divulgando seus nomes e depoimentos a fim de facilitar o mapeamento da militância de assistentes sociais na resistência à ditadura civil-militar.

Para tanto, acessamos como principais fontes: as dissertações sobre a Ação Popular disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁸; o livro Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2017; o capítulo “Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista” (CLOSS et al, 2021), estudo pioneiro no trato da interlocução entre a Ação Popular e o Serviço Social; os arquivos encontrados no acervo do site Brasil Nunca Mais⁹.

Na pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES buscou-se o descritor “ação popular”, para o qual obteve-se 266 (duzentos e sessenta e seis) resultados - maioria deles relacionados à discussão da ação popular no ramo das ciências jurídicas. Filtramos esses resultados, selecionando apenas as dissertações de mestrado e a área de avaliação “HISTÓRIA” (dentre as duas opções: “DIREITO” e “HISTÓRIA”). Destaca-se a inexistência neste catálogo de dissertações com o tema em programas de pós-graduação do Serviço Social. Colhemos 27 (vinte e sete) resultados, dos quais analisamos os seus títulos e resumos a fim de selecionar aqueles que efetivamente apresentavam estudos sobre a organização Ação Popular, sendo este o critério de inclusão. O critério de exclusão foi a indisponibilidade online, em virtude da impossibilidade de acesso às bibliotecas. Assim, o universo de dissertações encontrado foi o de 13 (treze) dissertações¹⁰.

⁸ Acesso disponível através do site <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁹ Acesso disponível através do site <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

¹⁰ CARVALHO, 2013; DIAS, 2011; DUARTE, 2010; FERREIRA, 2014; FILHO, 2006; GAVIÃO, 2007; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2016; REIS, 2015; SA, 2015; SANTANA, 2008; SANTOS, 2017; SILVA, 2016.

Das 13 (treze) dissertações investigadas, encontramos a menção da participação de assistentes sociais ou estudantes de Serviço Social em 6 (seis), quais sejam: CARVALHO, 2013; DIAS, 2011; GAVIÃO, 2007; OLIVEIRA, 2016; REIS, 2015; SILVA, 2016. Apresentaremos breve síntese sobre cada uma, seguida por mini biografias de estudantes e profissionais de Serviço Social encontrados nesses trabalhos. Essas informações estão relacionadas com aquelas encontradas no acervo do Brasil Nunca Mais.

Em “Experiências de Solidariedade e Política - CB-22 - A Ação Popular no Jardim Zaíra (1958-1970), Sandra Aparecida Portuense de Carvalho (2013) discutiu a organização de militantes da Ação Popular no bairro operário Jardim Zaíra, pertencente ao município de Mauá, no ABC Paulista. Anteriormente à organização da Célula-Base 22 da AP no Jardim Zaíra, houve a articulação da Ação Católica e de militantes do Partido Comunista Brasileiro no território. Neste bairro, integraram-se militantes apistas, dentre eles Herbert de Souza, o Betinho, com sua esposa Maria Nakano, assistente social formada em São Paulo, a qual Carvalho (2013) caracteriza:

Maria Nakano, 73, viúva do sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), formada em serviço social pela Universidade de São Paulo, militou no movimento estudantil e posteriormente em 1969 passou a fazer parte dos quadros de “serviço” da AP. Atualmente mora no Rio de Janeiro, seu depoimento foi relevante para a compreensão da organização e hierarquia da Ação Popular. (CARVALHO, 2013, p. 116).

Maria Nakano foi citada nos seguintes processos: decretação de sua prisão em 1972, constante na pasta BNM_054 (3); no depoimento da militante Fumiko Higutchi, também assistente social, colhido pela Delegacia Especial de Ordem Social, na pasta BNM_072 (4), em 1972; condenação à reclusão por participar da AP, em 1972, na pasta BNM_072(4) - todos documentos disponíveis no site do Brasil Nunca Mais.

Já a assistente social Ana Maria Santos Rolemberg Cortês, formou-se em Aracaju, capital de Sergipe. Não encontramos processos no Brasil Nunca Mais sobre Ana Maria. Ela teria se integrado no produção junto com seu marido e atuado no ABC paulista:

Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, 66 anos, cursou a faculdade de Serviço Social em Aracaju (local que mora atualmente), onde militou junto ao movimento estudantil e posteriormente passou a fazer parte da Ação Popular. Junto com seu marido participou do processo de Integração na Produção e mudou-se para o ABC Paulista. Esta também contribuiu com suas memórias e reflexões sobre a vivência no bairro operário. (CARVALHO, 2013, p. 107).

Além delas, “Maria Lucia dos Resende Garcia, 65 anos, assistente social, natural de Minas Gerais.” (CARVALHO, 2013, p. 95) integrou-se na produção no ABC paulista junto ao seu marido. Ela também foi incriminada como integrante da AP, em

1972, com documentação na pasta BNM_072 (3). Sobre essa experiência de integração, o militante da AP e operário Getúlio Miguel de Souza relatou:

[...] Tinha um casal que eu morei alguns dias com eles. Eu lembro só o nome frio deles era o nome Monteiro e a Maria, ele era médico e ela assistente social formada, eles largaram tudo isso lá e trabalhavam aqui numa fabriquinha, ganhavam o salário mínimo, levavam marmita, cozinhavam naquele fogãozinho de duas bocas, aquela coisinha pequena, dois cômodos, geralmente tinha mais companheiros pra dividir aqueles dois cômodos. Então assim, era uma vida, sabe? (SOUZA, 2012 apud CARVALHO, 2013, p. 95).

Já em “A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972”, Cristiane Medianeira Ávila Dias (2011) pesquisou a organização no estado, articulando as suas similaridades e diferenças com a AP nacional, destacando as ações de integração na produção e a Operação Fronteira. Nesta produção, aparecem as contribuições de Maria Josefina Becker, assistente social formada pela Escola de Serviço Social de Porto Alegre (PUCRS), em cuja casa foi fundada a AP do RS em 1962, com a participação de Betinho. A militante atuou junto à Divisão de Cultura Popular, coordenada pela professora e assistente social Lúcia Castillos, em iniciativa de alfabetização e conscientização de adultos com o Método Paulo Freire em Porto Alegre (DIAS, 2011). Não foram encontrados processos em seu nome no Brasil Nunca Mais.

Além dela, encontramos a participação do assistente social Alceu Salamoni, também formado pela Escola de Serviço Social de Porto Alegre e que teve atuação profissional no SESI-RS nas cidades de Ijuí e Pelotas, posteriormente atuando como professor de Serviço Social e diretor da Escola de Serviço Social de Pelotas (Universidade Católica de Pelotas). Segundo Cristiane Dias (2011) e o depoimento do dirigente estadual da AP Antonio Ramos Gomes, Alceu Salamoni teria comandado a base de Pelotas da AP e era conhecido como “Frei”:

Os núcleos mais significativos da AP no interior estavam localizados em Pelotas e Santa Maria, que eram formados por cerca de 30 pessoas. Então, os militantes dos dois núcleos faziam reuniões em conjunto, pois, naquela época, o Alceu Salamoni era o principal coordenador do interior, junto com um militante que era pastor presbiteriano e por isso era chamado de frei ou de pastor! Ele não era católico, mas estava ligado a uma igreja presbiteriana. (GOMES, 2011 apud DIAS, 2011, p. 141).

Tampouco encontramos processos que citem Alceu Salamoni no Brasil Nunca Mais, ainda que em entrevista realizada com o professor Alceu saibamos que ele foi preso e sofreu agressões em 1972 (SALAMONI, 2021). Finalmente, na referida dissertação consta uma tabela com militantes envolvidos com a Ação Popular Marxista Leninista no Rio Grande do Sul, produzida através de dossiê da Secretaria de Segurança Pública. Nessa tabela constam o nome de 77 (setenta e sete) militantes

e simpatizantes da APML. Pudemos averiguar que dois eram assistentes sociais: Alceu Salamoni e Maria Nakano, sendo que Nakano teria realizado contatos com a direção da organização no estado.

Na dissertação “A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)”, de Cleverton Luis Freitas de Oliveira (2016), há um maior enfoque numa das características mais marcantes da atuação da Ação Popular: a integração na produção. A atuação da assistente social Maria Josefina Becker (OLIVEIRA, 2016, p. 87) na Divisão de Cultura Popular é novamente destacada, demonstrando a sua relevância para a constituição da organização no estado. Além dela, é citado Alceu Salamoni como militante de Pelotas (OLIVEIRA, 2016, p. 134).

Ressaltamos a participação de Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, assistente social de Minas Gerais que se integrou no campo no interior de São Paulo e quando a sua atividade e dos demais militantes “caiu”, veio para o Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2016, p. 131). Aqui a assistente social integrou-se junto com o marido Antônio Carlos Rodrigues no Taim e em Horizontina - onde trabalharam na lavoura de soja, além de estabelecer contatos com lideranças de Santa Rosa. Após encerrar-se a única iniciativa de integração no campo do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2016, p. 134), o casal retornou à região metropolitana de Porto Alegre para atuar como operários. Anos depois, em 1991, a assistente social Lídia Maria produziu trabalho pioneiro na discussão da aproximação do Serviço Social ao marxismo, em tese defendida na PUC-SP. Lidia Maria realizou entrevistas com assistentes sociais de referência, demonstrando a relevância do engajamento político de assistentes sociais na aproximação com o marxismo. Não há a citação de Lidia Maria no Brasil Nunca Mais.

Já Fábio Pires Gavião (2007), em “A ‘esquerda católica’ e a Ação Popular na luta pelas reformas sociais (1960-1965)” enfatiza a sua discussão do final do governo de Juscelino Kubitschek aos primórdios da ditadura civil-militar no país, em especial nas lutas pelas reformas de base. Apenas cita os nomes de “Marly Cardoso Figueiredo e Tereza Aurélia da Silva, jucistas e estudantes de Serviço Social da PUC, a primeira em São Paulo e a segunda em Belo Horizonte.” (GAVIÃO, 2007, p. 179), cujos Autos de Qualificação constam na pasta BNM_13 (6), de 1965. Também cita “Maria Luiza de Barros Carvalho, jucista e estudante de Serviço Social na PUC de Campinas” (GAVIÃO, 2007, p. 180). Não há indicativo que elas tenham sido militantes da AP na

dissertação. No entanto, em pesquisa no Brasil Nunca Mais, Maria Luiza de Barros Carvalho é apontada por depoentes como militante da AP - BNM_531 (1), BNM_310 (1), BNM_684 (1) e BNM_072 (2).

Em “Memória(s) militante(s): Narrativas autobiográficas e imagens de resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)”, Débora Ataíde Reis nos apresenta um estudo sobre a experiência da militante da Ação Popular Derlei Catarina de Luca e a sua leitura sobre esse processo através da autobiografia. Além disso, a sua relevância se demonstra por realizar um estudo voltado para as mulheres que construíram suas organizações de esquerda em condições de clandestinidade, confrontadas com questões específicas da mulher como o viés misógino e machista da tortura das mulheres ou da própria maternidade na clandestinidade. Traz os nomes das assistentes sociais Rosemary Cardoso, estudante de Serviço Social e mencionada na autobiografia de Derlei Catarina como uma das dirigentes do movimento estudantil da UFSC em 1967 e 1968 e que teria sido presa no Congresso da UNE de Ibiúna (REIS, 2015, p. 29) - sem processos no BNM -, e Maria Lúcia Garcia:

Sobre esta tentativa de conciliação entre as atribuições femininas no espaço doméstico e as suas responsabilidades em relação ao trabalho operário, é interessante trazer um pouco da vivência de Maria Lúcia Garcia, militante da AP, que se casou e engravidou quando integrava o movimento estudantil em Minas Gerais. Posteriormente, ao se integrar na produção foi deslocada para o ABCD paulista, onde atuou entre 1969 e 1971. Por um período, Maria Lúcia morou em Santo André e trabalhou em uma fábrica localizada em São Bernardo do Campo, precisando deixar seu filho, José Renato, de aproximadamente um ano de idade, sozinho por algumas horas, ao sair para trabalhar, até que o seu marido retornasse da fábrica. Anos depois, ao escrever a sua autobiografia, esta mulher destacou a sua vivência de mãe/militante, tratando, dentre outras experiências, desta tentativa de conciliação entre maternidade e trabalho/militância (REIS, 2015, p. 46)

Maria Lúcia Garcia é citada em um inquérito sobre o MR-8, constante na pasta BNM_311 (2).

Em “A nova esquerda e sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás”, Camila de Jesus Silva (2016) analisa a particularidade da organização em Goiás principalmente através de fontes orais e de documentos oficiais dos serviços de inteligência vinculados ao terrorismo de Estado. Averiguamos a presença de duas assistentes sociais: Maria Aparecida e Márcia Jorge. Camila caracterizou:

Maria Aparecida Guimarães Skorupski (65 anos) entrou para a Ação Popular, como militante de base, em 1967, quando cursava a Faculdade de Serviço Social, vinculada à UCG, na qual foi eleita representante do Centro Acadêmico. No ano de 1969 saiu de Goiânia para ingressar na política de integração na produção, em São Paulo, na Metalúrgica Matarazzo. Possui mestrado em Ciência Política pela PUC-SP, sendo professora titular no Curso de Relações Internacionais da PUC-GO. É anistiada política. (SILVA, 2016, p. 113-114).

Maria Aparecida Skorupski está citada no relatório do inquérito 40/71, bem como no processo 763-A/74, constante na pasta BNM_605 (9). Já Márcia Jorge, assistente social formada na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, ingressou na APML através da Escola, em 1968, como militante de base:

Atuou no movimento estudantil e na célula de base até a sua prisão, em 1971, quando também todo o movimento foi desarticulado devido à prisão dos dirigentes. Atualmente é Diretora de Formação Sindical do SINTSEP-GO (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal). (SILVA, 2016, p. 141).

Márcia Jorge não tem processo em seu nome no BNM.

Em síntese, na pesquisa bibliográfica realizada, encontramos os nomes de 10 (dez) assistentes sociais militantes da Ação Popular: Maria Nakano, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, Maria Lucia dos Rezende Garcia, Maria Josefina Becker, Alceu Salamoni, Lidia Maria Monteiro Rodrigues, Maria Luiza de Barros, Rosemary Cardoso, Maria Aparecida Guimarães Skorupski e Márcia Jorge. Os depoimentos de alguns serão analisados mais adiante.

O livro “Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2017, veio para “recuperar e dar visibilidade às histórias vividas pelos sujeitos políticos de nossa profissão no contexto sombrio da ditadura militar” (CFESS, 2017, p. 6). A iniciativa foi uma deliberação aprovada no 41º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS em 2012. Voltou-se para depoimentos relacionados à violação de direitos na ditadura civil-militar. Dos depoimentos constantes no livro, os quais em sua totalidade são de extrema relevância para a profissão, destacamos aqueles de militantes da Ação Popular - os quais sintetizamos a seguir.

Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, também mencionada em uma das dissertações (CARVALHO, 2013). Ana Maria Côrtes foi militante da JUC (1963/1964), presidente do diretório acadêmico na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e ingressou na AP (1967). Quando concluiu o curso foi impedida de diplomar-se pelos militares (1968). Integrou-se à produção entre as operárias do ABC paulista (1969); entre os assalariados agrícolas em Pernambuco, atuando como enfermeira e vendedora ambulante em Palmares (1970). Foi sequestrada e submetida à tortura no DOI-CODI em Recife e posteriormente no DOI-CODI/OBAN-SP quando estava no primeiro mês de gravidez (1974). Não foram encontrados registros em seu nome no Brasil Nunca Mais.

Ana Maria Tereza Fróes Batalha, foi militante da Ação Católica e simpatizante da Ação Popular. “Caiu” quando participava do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, como delegada eleita em assembleia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, onde estudou. Foi detida no Presídio Tiradentes e enquadrada na Lei de Segurança Nacional (CFESS, 2017, p. 17-20). Em pesquisa realizada no site Brasil Nunca Mais com o seu nome, encontramos a informação de que Ana Maria foi detida no Congresso de Ibiúna, mas não foi indiciada, no “Relatório do Inquérito Policial nº 028/68-SOPS”, do Ministério da Justiça/ Departamento de Polícia Federal / Delegacia Regional da Bahia - BNM, Projeto Brasil Nunca Mais 301 a 400, Pasta BNM_338.

Iza Guerra é natural de Cariri, no Ceará, ingressou na Ação Católica, na qual conheceu o Serviço Social. Escolheu a profissão e foi para João Pessoa, onde se formou na Escola de Serviço Social de João Pessoa, na Paraíba. Ao ingressar na faculdade integrou-se à JUC, em 1959, realizando cursos de formação sob a orientação dos padres Henrique Vaz, Almeri Bezerra, Sena, Romeu Dale - assistentes da JUC. Paralelamente, é a partir desse momento que entra em contato com os marxistas da Paraíba. As suas referências eram Mounier, Jacques Maritain, Simone de Beauvoir e Sartre (CFESS, 2017).

Foi presidente da União Estadual de Estudantes da Paraíba e durante a Campanha da Legalidade entrou na clandestinidade por ter sido procurada pelo exército por ser uma liderança do movimento estudantil. Participou da Ação Popular desde a sua fundação, inclusive compondo o primeiro Secretariado Nacional. Após o início da ditadura civil-militar, “caiu” no Rio Grande do Sul quando tentava sair do país para o exílio para o Uruguai e permaneceu presa de maio de 1964 a março de 1965. Ao sair da prisão, exilou-se de 1965 a 1977 nos países México, Chile, Canadá e Costa Rica (CFESS, 2017). Segundo a dissertação de Nilton Oliveira (2014), Iza Guerra teria coordenado a ação de resgate de Cabo Anselmo, asilado na Embaixada do México após ser cassado pelo Ato Institucional nº. 1.

Em pesquisa no site do Brasil Nunca Mais, encontramos o Inquérito Policial Militar 085/1964 que trata sobre essa ação e da participação de Iza Guerra, além de outros companheiros. Também encontramos o pedido de habeas corpus, um processo em que é coautora referente a um IPM sobre o grupo dos onze, auto de perguntas ao indiciado, a sua condenação e a sua sentença.

Maria Beatriz Costa Abramides (CFESS, 2017, p. 56-62), atualmente conhecida como Bia Abramides, foi aluna do curso de Serviço Social na PUC-SP. Ao ingressar na faculdade, passou a participar do movimento estudantil. Vinculou-se à Ação Popular, constituindo parte do Grupo de Trabalho Revolucionário (GTR). Foi presa no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, para o qual foi eleita delegada em assembleia de base dos estudantes. Também era presidente do Grêmio da Escola de Serviço Social (GESS), além de ter sido eleita, em julho de 1968, para a direção nacional da ENESSO (CFESS, 2017). Não encontramos processos com o seu nome no portal do Brasil Nunca Mais.

Já Maria Lúcia de Souza estudou na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Atuou no movimento sindical rural no estado de Alagoas, além do movimento sindical de assistentes sociais através da ANAS. Por participar do Encontro da Executiva do Serviço Social realizado em Salvador, ainda estudante, foi presa pela primeira vez em 1966, quando foi brutalmente torturada. Recém-formada, trabalhou no Serviço de Orientação Rural de Alagoas, entidade ligada à Igreja. Foi presa novamente em 1968, mas recebeu o habeas corpus e foi colocada em liberdade em meia hora. No entanto, por uma ordem de não a deixar sair da prisão, acabou ficando em clandestinidade por onze (11) anos. Foi militante da Ação Popular Marxista Leninista, assim como do PCdoB. Integrou-se à produção por quatro (04) anos como operária na Bahia (CFESS, 2017, p. 63-67). Não encontramos processos em seu nome no acervo do BNM.

Maria Rosângela Batistoni, natural de Varginha, em Minas Gerais, formada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC-MG). Iniciou sua militância em 1969, no mesmo ano em que ingressou no curso de Serviço Social. Em 1970 aderiu à Ação Popular, apesar de posteriormente ter passado a integrar a Organização de Combate Marxista-Leninista (OCML-POLOP). Foi presa e torturada em dezembro de 1971. Constam no acervo de documentos do BNM a sua identificação criminal (BNM_054 (21)), a sua denúncia da tortura afirmando que assinou sob coação o seu depoimento (Relatório Projeto Brasil Nunca Mais TOMO I - O Regime Militar\TOMO V - Vol 3 - As Torturas) e a sua sentença (BNM_054-21).

Marilda Villela Iamamoto é natural de Juiz de Fora, onde cursou Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, de 1967 a 1971. Participou da Ação Católica e da JEC e JUC, além do diretório acadêmico e DCE. Representou a Faculdade de

Serviço Social da UFJF na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Situou-se no campo da esquerda católica, mais especificamente na Ação Popular.

Após formada, passou a trabalhar como docente na UCMG, em Belo Horizonte, onde também foi aprovada em concurso do INPS como assistente social. Ao ser presa em 1971, sofreu violenta tortura. Sobre o aspecto de gênero da tortura, Marilda lamamoto afirmou: “Eu sofri muitas agressões [...] do ponto de vista da minha pessoa enquanto mulher” (CFESS, 2017, p. 80). Em seu julgamento, já em 1973, recebeu a pena de 6 meses de reclusão, que cumpriu no Instituto João Emílio, em Juiz de Fora, através da intervenção da Igreja por não haver penitenciária feminina em Minas Gerais naquela época.

Com autorização do juiz, a diretora da Faculdade de Serviço Social enviou dois estagiários para Marilda lamamoto orientar durante a sua prisão, realizando o projeto de implantação do Serviço Social na instituição. Também orientou dois trabalhos de conclusão de curso na prisão (CFESS, 2017). Com seu nome de solteira, Marilda Soares Villela, encontramos no acervo do BNM o processo impetrado contra ela de nº. 19/72. Notou-se a presença de uma série de depoimentos em que os policiais buscavam informações sobre Marilda.

Mariléa Venâncio Porfírio, natural de Juiz de Fora, formada na Universidade Federal de Juiz de Fora em 1969. Ao entrar na universidade, em 1966, ingressou na JUC. Foi presidente do diretório acadêmico e em 1967 passou a militar na Ação Popular, além de participar do DCE e da UEE-MG. Fez concurso no INPS e trabalhou como assistente social nessa instituição a partir de 1970. Por estar sendo preparada para integrar-se à produção como operária em São Paulo, passa a ter contato com o dirigente Aníbal, posteriormente identificado como Edésio Passos. Quando ele é preso, revela toda a articulação e estrutura da AP naquela região a fim de libertar sua esposa, que estava grávida, em um acordo com a repressão.

Assim, os militantes de toda a região começaram a cair, incluindo Mariléa Porfírio e Marilda lamamoto, que vinham sendo vigiadas e seguidas. Por ter contato com diversos grupos, desde estudantes a operários, e ter contato direto com o dirigente Aníbal, os agentes da repressão acreditavam que Mariléa também fosse dirigente, o que, provavelmente, reverberou em tortura ainda mais cruel. Após seu julgamento, cumpriu a pena de seis (06) meses no colégio Santa Catarina, por intervenção da Igreja. Encontramos no acervo BNM o seu Auto de qualificação

(BNM_300 (32)), o seu depoimento (BNM_300 (32)), o Termo de perguntas à indiciada (BNM_300 (38)).

Rosalina de Santa Cruz, natural de Recife, em Pernambuco, ao ingressar na Escola de Serviço Social, passou a participar da JUC e depois da AP. Nesse processo de militância, Rosalina conta que compreendeu que “para mudar o mundo, precisamos mudar as estruturas. Era preciso construir outra sociedade” (CFESS, 2017, p. 108). Entrou na luta armada, e foi lendo Girap, Mao Tsé-Tung, “os cubanos”, Fanon, que começou a entender que o mundo inteiro vivia um processo de luta armada para a mudança dessas estruturas. Sobre a escolha pela luta armada, argumenta: “Não éramos loucos, sonhadores, nós tínhamos um mundo optando pela luta armada, isso é importante para entender nossa opção.” (CFESS, 2017, p. 110).

Foi presa em 1971, em consequência de um trabalho de base na Baixada Fluminense (RJ), em que discutiam o socialismo e a revolução com os camponeses. Foi presa novamente, porém não sabemos precisar o ano. O seu irmão, Fernando de Santa Cruz, é um desaparecido político até hoje, e Rosalina, assim como sua família, seguem na luta para descobrir o seu paradeiro. No site do Brasil Nunca Mais, constam o seu depoimento, a sua declaração de que o seu depoimento foi realizado sob tortura e negativa da veracidade desse depoimento, ordem de prisão e revogação de sua prisão preventiva após quase um ano de privação de liberdade (BNM_057 (20)).

Rute Gusmão Pereira de Azevedo estudou Serviço Social na PUC-RJ. Iniciou sua militância na Ação Cristã de Acadêmicos, no âmbito das igrejas protestantes, e na União Cristã de Estudantes do Brasil. Também integrou um núcleo de estudantes da Ação Popular. Viveu diversas violações de direitos durante a ditadura civil-militar, inclusive discriminação ideológica na LBA, onde trabalhava. Não constam processos no site Brasil Nunca Mais.

Vicente de Paula Faleiros, formado na Escola de Serviço Social de Ribeirão Preto, foi preso político nas ditaduras brasileira e chilena, além de ter sido exilado político. Vicente participou do diretório acadêmico, militou na Ação Popular, participou do Centro Popular de Cultura da UNE, encenando a peça “Auto dos 99%”, que denunciava o caráter elitista da universidade brasileira, assim como do MEB, atuando na sindicalização dos camponeses. Foi preso em Ribeirão Preto, em 1964, e em Brasília, em 1966 - processo que foi reaberto em 1969, quando Vicente e sua esposa Eva Faleiros decidem exilar-se no Chile (CFESS, 2017, p. 126).

Vicente Faleiros foi professor na Escola de Serviço Social de Valparaíso, construindo uma aliança com camponeses, operários e lutas urbanas: “As áreas de estágio eram respectivamente: camponesa, operária e urbana.” (CFESS, 2017, p. 126). Com o golpe ao presidente Allende, em 1973, Vicente é novamente preso. Eva fugiu com o filho de dois anos do casal. Foram refugiados para a Holanda, vivendo da assistência pública e onde nasceu o seu segundo filho. Posteriormente foram para o Canadá, onde moraram no Québec, e Vicente atuou como professor visitante na Université Laval. A família retornou ao Brasil em 1979 (CFESS, 2017). Quanto aos documentos constantes no acervo do BNM, constam o Termo de perguntas ao indiciado, sua pena de 1 ano e seis meses de prisão, a sua acusação e apelação (BNM_015 (15)).

Gilse Maria Consenza Avelar, natural de Paraguaçu, Minas Gerais. Formou-se assistente social na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Em seu depoimento relatou sua prisão em 1969, assim como a tortura à qual foi submetida (CFESS, 2017). Gilce Avelar é citada no documento “Levantemo-nos contra a repressão, a tapeação eleitoral e os planos entreguistas da ditadura”, a Conclamação da Direção Nacional da Ação Popular ao povo brasileiro, de 7 de setembro de 1970 (Brasil Nunca Mais).

Deste modo, constaram 12 (doze) assistentes sociais no livro “Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura” (CFESS, 2017), dentre estes apenas uma (Ana Maria Santos Rollemberg Côrtes) já havia sido relacionada na investigação nas dissertações.

O capítulo “AÇÃO POPULAR, SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE: caminhos cruzados com a tradição marxista” (CLOSS et al, 2021) apresentou a interlocução entre a militância em Ação Popular e iniciativas de educação e cultura popular que partiram do pensamento de Paulo Freire realizadas por assistentes sociais e estudantes de Serviço Social - a qual possibilitou “aberturas na profissão aos primeiros diálogos com os marxismos” (CLOSS et al, 2021, p. 66). Do mapeamento da inserção do Serviço Social na Ação Popular, realizado no referido estudo, encontramos outras três (03) assistentes sociais: Eva Faleiros, Leila Lima Santos e Maria Helena Tenório (CLOSS et al, 2021, p. 67).

Eva Faleiros é assistente social gaúcha formada pela Escola de Serviço Social de Porto Alegre (PUC-RS). O seu nome de solteira é Eva Teresinha Silveira. Durante a sua graduação, atuou no diretório acadêmico e na Executiva Nacional de Estudantes

de Serviço Social (BECKER, 2021; FALEIROS, 2019). Foi militante da Ação Popular. No seu estágio e no seu trabalho de conclusão de curso realizou experiência de Serviço Social em Cultura Popular. Não constam informações sobre Eva no acervo Brasil Nunca Mais.

Leila Lima Santos, assistente social formada pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), foi referência intelectual e articuladora do projeto profissional conhecido como Método BH. Foi professora e diretora da Escola de Serviço Social da UCMG, além de vice-presidente da Associação Latino-Americana de Escola de Serviço Social - ALAES - e diretora do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS. De acordo com Batistoni (2019), foi membro da JUC e da Ação Popular. Não constam informações sobre Leila no acervo Brasil Nunca Mais.

Maria Helena Tenório, assistente social originária do interior de Pernambuco, atuou como professora locutora no Movimento de Educação de Base, na Juventude Estudantil Católica, na Juventude Universitária Católica e na Ação Popular. Formou-se na Escola de Serviço Social de Recife, onde foi presidente do diretório acadêmico. Integrou-se na produção por seis meses com seu companheiro no interior de Pernambuco e da Bahia, apesar de serem contrários a essa política - já que a não adesão significava a expulsão do partido, a AP. Após reintegrarem-se passaram a militar servindo de estrutura como “aparelho” no Rio de Janeiro, um espaço seguro para reuniões e encontros clandestinos, além de fazer contato, distribuir panfletos e fazer pontos (ALMEIDA, 2014). Não constam informações sobre Maria Helena no acervo Brasil Nunca Mais.

Ressaltamos que os documentos produzidos pelas forças da repressão, como o Exército, a Marinha, as Delegacias Especiais de Ordem Social - dentre outras, reproduzem informações obtidas através da tortura e foram assinados sob coação. Conforme alerta o portal Brasil Nunca Mais: “Parcela expressiva dos depoimentos de presos políticos e das demais informações inseridas em processos judiciais foi obtida com uso de tortura e outros meios ilícitos e não pode ser considerada como absoluta expressão da verdade” (BRASIL NUNCA MAIS).

A partir dessas minibiografias, intencionamos visibilizar as/os assistentes sociais que mobilizaram-se nos antecedentes e no combate à ditadura civil-militar, organizando-se na Ação Popular. Denota-se a tendência desses assistentes sociais terem sido engajados nas juventudes católicas, destacadamente JEC e/ou JUC, e terem escolhido o Serviço Social a fim de encontrar nessa profissão uma forma de

realização pessoal e política no combate às desigualdades sociais, como conta Marilea Porfírio:

[...] eu comecei a entender que só dar o pão, só dar a roupa, isso não adiantava, e o Serviço Social apareceu para mim como sendo uma possibilidade técnica de sair dessa realidade, a ilusão que através do curso que isso poderia ser modificado de qualquer forma. Então, eu vou fazer o curso de Serviço Social. No curso, eu rapidamente percebo que a realidade não se mudava através da profissão e através da mera vontade das pessoas, que a situação era muito maior, que era uma questão estrutural. (PORFÍRIO, 2014, p. 1-2).

Há quase que um continuum, que, embora não tenha sido absoluto, foi massivo, no engajamento de jovens pertencentes a essa geração no deslocamento do seio da Igreja Católica e direcionando-se a uma radicalização de sua militância política, como demonstra o depoimento

Eu participei da igreja católica, da esquerda católica, através da Ação Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica e participei ativamente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social (IAMAMOTO, 2014, p. 1)

Ao compartilhar sobre como se dava o ingresso na Ação Popular, Marilda demonstrou em seu depoimento as limitações decorrentes da repressão e dos riscos colocados no processo de inserção em organizações clandestinas:

esse ingresso na AP é interessante. Porque, para ingressar na AP, você tinha que aceitar, você tinha que conhecer antes de você entrar, entendeu? Então tinha um tal de um documento base, feito pelo Padre Vaz, que a gente precisava conhecer, mas só podia conhecer depois que tivesse dentro. (CFESS, 2017, p. 77).

As juventudes ligadas à Ação Católica passavam por processos formativos importantes, muitas vezes protagonizados pelos padres assistentes da JUC e da JEC - como o Padre Henrique Vaz - e que, por isso, exerceram grande influência sobre os jovens militantes. Iza Guerra relatou como se deu seu processo formativo nesse âmbito:

Leio Mounier, Jacques Maritain, Simone de Beauvoir, Sartre. Pouco a pouco, vou formando minha visão da história, do papel do homem na história, da necessidade de as mulheres serem reconhecidas por seu justo valor, a descoberta do homem como ser histórico, o conceito de consciência histórica e da necessidade de uma ética social para orientar a atuação política. (CFESS, 2017, p. 39).

No entanto, o movimento de radicalização de parcela de católicos culminou no esgotamento das condições que essas organizações, subordinadas à hierarquia católica, tinham em dar vazão às intenções e aos projetos políticos sonhados por essa juventude. Maria Lúcia Resende Garcia, que viveu o confronto com esses limites, relata que:

A religião, por si só, não nos permitiria avançar nas mudanças sociais. Precisávamos nos engajar no movimento político, única forma para transformar o Brasil. Deu-me para ler O personalismo, de Emmanuel Mounier. [...] Outros textos foram surgindo e havia grande identificação com o que lia. Também ao

penetrar nesse novo mundo ficava feliz por estar encontrando respostas para tantas dúvidas. Eis que, quando me dei conta, era militante da Ação Popular. (GARCIA, 2003, p. 44).” (REIS, 2015, p. 35)

No âmbito da profissão, o Serviço Social tradicional não atendia às demandas postas ao trabalho profissional. As/os assistentes sociais encontraram no Desenvolvimento de Comunidade uma forma de ampliar o olhar e a ação profissional, como destaca o depoimento:

Antes, era o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. O de Comunidade era o refúgio que a gente tinha para falar das coisas que interessavam, da realidade, para fazer a crítica à prática do Serviço Social nas instituições. (ALMEIDA, 2014, p. 237)

Nesse período anterior ao golpe de 1964 e da erosão do Serviço Social tradicional, observamos nos depoimentos coletados e organizados, que há um entrelaçamento entre a ação profissional e a militância na AP. Como Maria Josefina Becker relatou, “nesse período a gente não fazia uma distinção entre exercício profissional e militância.” (BECKER, 2021, p. 10). Destaca, ainda, que

[...] o meu trabalho como estagiária de Serviço Social, eu via também como um trabalho militante. Eu não sei se hoje em dia as coisas são assim, eu acho que não, tanto que eu durante o período do golpe, o período da ditadura, eu não quis mais trabalhar em comunidade, porque eu achava que ia trair as pessoas, que não podia, ou bem eu ia ser presa, ou bem eu ia trair as pessoas (BECKER, 2021, p. 8).

As atividades de estágio e de trabalho estavam completamente sintonizadas com a concepção de homem e de mundo defendidas pelas/os assistentes sociais e estagiárias/os que as levavam à frente, articulando concepções progressistas de profissão, forjadas no bojo da erosão do Serviço Social tradicional, com os ideários e fonte acessados via militância. Rosalina de Santa Cruz traz essa compreensão de profissão, evidenciando esse processo

Pelo menos nas aulas de serviço social, a gente tinha muito claro, eu acho, nas nossas aulas, a necessidade de se ter um compromisso com a classe trabalhadora. De uma assistente social que se forme assim: estou do lado dessa classe, estou comprometido com o projeto, vou construir uma outra alternativa. Era também pela profissão, não era uma coisa só da militância pessoal e política. Eu acho que havia assim, entre a gente, a discussão de que se poderia juntar a política militante e o serviço social; conseguir também dar uma resposta. (SANTA CRUZ, 2002, p. 4).

No entanto, aquilo que a profissão oferecia para as assistentes sociais era insuficiente quando se pensava em uma atividade de horizontes mais amplos, que superasse o imediatismo e a compreensão do Serviço Social tradicional vigente, na lógica de integração e ajustamento do homem ao meio. Muitas assistentes sociais buscaram em referenciais externos à profissão o embasamento de que necessitavam para repensar e refazer a sua atuação profissional. Iza Guerra conta sobre os motivos pelos quais buscaram o método Paulo Freire: “O grupo de JUC no qual estava

inserida, assim como a Juventude Comunista, compreendemos que nosso trabalho tanto pedagógico (estágios) como política necessitava dar um salto qualitativo.” (CFESS, 2017, p. 40). Sobre o seu estágio, conta:

Desenvolvi meu estágio curricular no bairro de Varjão, seguindo a linha da Ceplar, e passei a alfabetizar, nos finais de semanas e feriados, os camponeses adultos organizados e membros da Liga Camponesa de Sapé. Neste trabalho, tivemos o apoio do advogado Francisco Julião, fundador das ligas, e do líder camponês Pedro Teixeira. Com o golpe militar, o trabalho foi encerrado e diversos participantes presos e líderes camponeses assassinados. (CFESS, 2017, p. 40).

Após a decretação da ditadura civil-militar, há uma cisão entre o trabalho profissional e a militância. Há um processo de fechamento do regime ditatorial, que concomitantemente impossibilita tanto a luta social aberta quanto as ações profissionais engajadas em uma nova compreensão da sociedade e da profissão. Não mais foi possível construir processos de resistência e conscientização abertamente e as possibilidades para o trabalho profissional se restringiram, como evidencia o relato:

Aí depois do golpe, como eu falei, tinha três alternativas: de confronto, que era complicado; tinha a alternativa de adesão ao golpe; e tinha a alternativa da esquizofrenia. Quer dizer, você trabalhava em uma instituição para ganhar a vida e fazia um trabalho fora, e dentro da instituição fazia alguma coisa que pudesse favorecer uma visão mais aberta. Porque a ditadura não controlava tudo. (FALEIROS, 2019, p. 6).

Para uma grande parcela de assistentes sociais a alternativa possível foi a “esquizofrenia”, o trabalho em uma instituição, deslocado de suas convicções políticas e, clandestinamente, a militância na Ação Popular, conforme conta também Vicente de Paula Faleiros:

Continuei militando na Ação Popular e buscando trabalho como recém-formado. O trabalho era público, a militância clandestina, obrigando-nos a uma “vida dupla”, mas combinando ações, no mundo legal, que questionassem minimamente o Estado de Exceção e não pusessem em risco a vida, com ações de resistência. (CFESS, 2017, p. 124).

No entanto, algumas dessas assistentes sociais abriram mão do trabalho que realizavam, não sem sofrimento, para iniciar uma nova inserção profissional, pois não havia condições de dar continuidade ao trabalho no qual acreditavam e defendiam:

Aí eu pensei lá com meus botões: “O meu trabalho social, comunitário, cultura popular... Não posso fazer!”. E fazer isso clandestinamente não ia me sustentar também, eu não... Eu era membro da Ação Popular, eu... O meu perfil nunca foi de clandestinidade, nem de luta armada. Outros colegas meus foram e amigos meus, perdi amigos nisso, sabe? Da própria Ação Popular. A Ação Popular tinha gente que foi para a luta armada, gente que não foi... Eu sou dos que não fui. Então, por questão até de personalidade... Eu não tinha um perfil, a coragem de entrar na luta armada. Isso fez com que eu ficasse buscando, mas aí houve assim, é claro que o pessoal que era preso, se escondia na Igreja da Conceição, no porão da Igreja da Conceição. A gente levava comida, levava cobertor. (BECKER, 2019, p. 5).

Há ainda as/os assistentes sociais que atuaram em instituições e ainda mantiveram alguma atividade de conscientização e mobilização nesse espaço de

trabalho, além de militar na Ação Popular clandestinamente. Nesse caso, houve uma intervenção da organização sobre o trabalho das assistentes sociais. O caso de Mariléia Porfírio ilustra essa situação:

A organização me propôs que eu fosse trabalhar num hospital da cidade universitária, Hospital Júlia Kubitscheck, que atendia doentes, tuberculosos, operados, em especial, que vinham da mina. Porque ali seria um espaço também de militância, na medida em que havia alguns operários que estavam ali, ao mesmo tempo, eu deveria concentrar minhas atividades na Cidade Industrial, já tendo contato com um movimento operário. (CFESS, 2017, p. 93).

Esse período também foi marcado pelo estranhamento entre as convicções de recém-formadas assistentes sociais - muitas delas realizaram sua graduação nos anos anteriores ao golpe civil-militar, no auge das lutas sociais no país - com as possibilidades que a profissão oferecia em meio à ditadura civil-militar. Assim, deixa de haver a identificação das assistentes sociais com o trabalho que estava sendo realizado, conforme relata Rosalina de Santa Cruz:

Eu fui primeiro para a Venezuela, assim que acabei o curso de Serviço Social, porque a maioria dos assistentes sociais estava inteiramente descontraída com essa profissão, e, na época, eu tinha que trabalhar com a promoção social. E o que fazer com ela ou com a militância que eu queria fazer a transformação radical do mundo, eu me via cindida entre essas duas opções e optei a manter-me na profissão, nas suas brechas e nas possibilidades, mas usá-la para a revolução, militância política. (CFESS, 2017, p. 110).

Conforme discutimos, as universidades ainda mantinham algumas possibilidades de realização de atividades que fugissem ao que era hegemônico na profissão daquele momento - a vertente da modernização conservadora, em seu suposto caráter de neutralidade e silenciamento diante da ditadura, aderindo a lógica tecnocrática e centralizadora das políticas sociais da autocracia burguesa.

De fato, a ditadura militar impunha suas regras e seus limites. E dentro desse contexto tratamos de reinterpretar o papel da nossa profissão e sua inserção na sociedade. E sonhamos com um Serviço Social refundado para um Brasil diferente e comprometido com a superação dos problemas e condições de vida das maiorias sociais. (SANTOS, 2007, p. 167)

O projeto de formação profissional amplo, de questionamento do conservadorismo profissional e dos limites impostos pelo Serviço Social tradicional, foi desenvolvido pela Escola Católica de Belo Horizonte. Foi conhecido como Método BH e também recebeu a influência da Ação Popular, herdando seu ideário e suas referências teóricas. Assim, conforme o depoimento da ex-diretora Leila Lima Santos:

A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (PUC/MG) viveu um processo muito interessante nos anos 70 e contou com um grupo de qualificados e comprometidos professores tanto na área de Serviço Social como das Ciências Sociais, todos eles adeptos dos ventos “cambiantes” da reconceituação latino-americana. Muitos de nós, diretores e vários professores, estávamos inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles

momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral, éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanos. (SANTOS, 2007, p. 166)

No entanto, houve outras tentativas que não se tornaram conhecidas ou que não lograram resistir por muito tempo, como a de mudança de currículo na Universidade Católica de Pelotas. O coordenador do curso, professor Alceu Salamoni, também militante da Ação Popular, liderou essa iniciativa, que contou com a participação do coordenador de célula da AP em Pelotas:

Claro que a influência é muito mais do que eu lá na Escola aqui. Entende? Até porque o grupo da AP foi o que eu convidei. Aliás, nós fizemos uma mudança de currículo na Escola, entre outras disciplinas nós introduzimos “Realidade latino-americana”. E claro, quem foi dar a disciplina foi o cara que coordenava o grupo de AP aqui em Pelotas. [...] Um ponto dessa reforma: nós entendíamos que o aluno tinha que conhecer um pouco mais de história. Mas história, História! Não era colocar uma disciplina para qualquer um vim lá dar as aulas. Foi aí que esse cara, que era um cara que tinha se formado em Direito já, que tinha sido professor de história em um curso de segundo grau. Mas era o coordenador da AP aqui, entende? E isso entrou em 72. Mas em maio houve a minha prisão. Houve a prisão dele também, desse cara, e aí se foi a disciplina. (SALAMONI, 2021, p. 5)

A universidade também possibilitou a existência de estágios e da extensão universitária enquanto redutos de atividades inovadoras e que constituíam processos de experimentação do Serviço Social. Maria Helena Tenório de Almeida compartilhou como se deu esse processo:

Nesse tempo é que vai sendo feita a crítica, a partir desses elementos todos, aos próprios estágios e ao trabalho institucional do Serviço Social. [...] Mas, antes disso, dentro da Escola de Serviço Social, teve um movimento muito forte de mudança de currículo, em que se discutiu o currículo e o Desenvolvimento de Comunidade com conteúdo mais multifacetado, com outras feições. Foi a mudança do estágio que mobilizou a faculdade, porque todo mundo que era mais consciente queria ir para o estágio de comunidade, não aguentava mais o estágio em instituição. Então, começou a se refletir a realidade a partir dessas referências [...]. Nós tentamos questionar o Serviço Social a partir dos estágios. Muitos alunos que foram para os estágios nos alagados ou, então, para bairros afastados, levavam para lá o que não se tinha na faculdade, que eram os elementos que nós adquirimos nos partidos. (ALMEIDA, 2014, p. 238-239)

Esses eram espaços para que se desenvolvessem novas formas de intervenção profissional, articulando os conhecimentos trabalhados na universidade sob uma ótica distinta: comprometida com construir mudanças e fomentar a participação popular. Esse processo envolveu a crítica dos padrões de profissão até então vigente, como evidencia o relato a seguir, referente a experiência realizada na Escola Católica de Pelotas:

Não é o antigo Serviço Social de Caso, nem é o antigo Serviço Social de Grupo. É trabalhar com todo mundo! Vamos chamar isso de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade? Não sei! [...] Então nós fizemos um super esforço para mandar os alunos para as vilas, para as comunidades... para as comunidades não, os bairros! Articulado. O quê? Com as associações de bairro da área, ou com os sindicatos ou com a igreja. A gente ia nas Comunidades

Eclesiais de Base. Normalmente a área das Comunidades Eclesiais de Base eram as aglutinadoras do processo. E fazíamos... Esse trabalho foi muito contestado na minha prisão. Dizendo que inclusive eu estava aliciando a população para serem adeptos da teoria marxista-leninista da Ação Popular. Mas a gente reunia representantes de núcleos. Num bairro tu fazia vários núcleos, esses núcleos discutiam aquelas condições, mas discutiam tendo as informações também, com alguns instrumentos de visão de Brasil, de visão de pobreza, um pouquinho de desigualdade. (SALAMONI, 2021, p. 11)

Além disso, uma das mais relevantes influências da militância política de assistentes sociais foi o acesso ao pensamento e à literatura crítica. Muitas relataram ter realizado esse contato com novos referenciais através da Ação Popular. Ressaltamos, inclusive, a política de orientação para o estudo propagada pela direção nacional da AP, conforme descrito anteriormente. Assim, Maria Helena Tenório de Almeida relata que

Foi lá que começou a discussão da radicalização do partido. Porque estávamos em um momento de radicalização. Começamos a ler uma bibliografia que não estava dentro da faculdade. Toda a leitura que a gente fazia já em Recife, durante o curso, não era do curso, era do partido. A gente levava para o curso fragmentos dessa discussão. (ALMEIDA, 2014, p. 241)

A própria discussão política e o estudo revolucionário foram sendo adensados durante o desenvolvimento da Ação Popular, uma organização que se transformou ao longo dos anos conforme o contexto histórico posto. A assistente social Maria Helena Tenório vivenciou essas mudanças na AP:

O partido mesmo foi evoluindo: estuda primeiro alguns intérpretes do marxismo, como Althusser, depois sai disso e entra muito em uma leitura das obras do Lênin, depois na leitura de O Capital, mas não tinha tradução do Capital ainda, era uma pequena tradução resumida de O Capital. O próprio leninismo que chegou às nossas mãos, chegava via o pessoal do “partidão”, com quem a gente era “rachado”. [...]. Mas ao mesmo tempo, começou a entrar em nosso universo outras leituras, com a Revolução Cultural na China, de Mao Tsé-Tung. [...] Mas aí a leitura do O livro vermelho, de Mao Tsé-Tung, começou a ser a bíblia da integração na produção. (ALMEIDA, 2014, p. 241).

No entanto, essas discussões não estavam colocadas nas Escolas de Serviço Social diretamente, circulavam restritamente via a inserção de poucos docentes e estudantes militantes. A aproximação de estudantes e profissionais de Serviço Social com o marxismo ocorreu do outro lado dos muros da academia, justamente nas organizações de esquerda que impunham resistência ao terrorismo de Estado:

Agora, eu não acho que o Serviço Social enquanto profissão na época em que eu me formei, a Faculdade de Serviço Social não estava preocupada em estudar Marxismo. Estudei Marxismo dentro da AP, lá fora, dentro da faculdade nós não estudávamos teorias Marxistas, as teorias sociais que se estudavam eram teorias do tipo do que a ONU tinha, mas estudar teoria Marxista desde a minha faculdade, enquanto eu fui aluna e mesmo depois quando eu já era professora, não se estudava. (BECKER, 2021, p. 13).

A influência desses processos de engajamento tornou-se transformador na sua experiência de vida e na sua construção enquanto profissional. Sobre a sua

participação no movimento estudantil e de sua influência em sua formação, Bia Abramides conta:

[...] no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo homem, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco. (CFESS, 2017, p. 57).

Em entrevista realizada por Sandra Carvalho (2013, p. 157), a assistente social Ana Rolemberg Côrtes contou da relevância de sua militância política e as suas inflexões no seu trabalho: “De acordo com dona Ana sua atuação na AP na década de 60 lhe possibilitou um olhar diferenciado, enquanto assistente social. Do mesmo modo, ela nos aponta a contribuição em outros setores da sociedade como nos movimentos de mulheres que ocorreram nas décadas de 70 e 80.” (CARVALHO, 2013, 157).

Em depoimento, a assistente social Maria Rosângela Batistoni afirmou: “Assinalo que a minha trajetória militante foi simultânea aos rumos profissionais e acadêmicos trilhados; práticas estas que se influenciaram mutuamente todavia marcando contornos de diferenciação muito nítidos.” (CFESS, 2017, p. 69). Demonstramos que os extratos de manifestações de assistentes sociais são representativos de uma geração, sobre a qual destaca-se a influência de sua trajetória militância em sua vida profissional e acadêmica, demonstrando como esses aspectos, ainda que distintos não podem ser separados de forma positivista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, objetivamos compreender a influência da Ação Popular - através dos processos de militância de estudantes de Serviço Social e assistentes sociais - na profissão - com foco na erosão do Serviço Social tradicional e na renovação profissional. Articulamos as fontes documentais e bibliográficas a depoimentos disponíveis publicamente, além das entrevistas que realizamos. Consideramos que as trajetórias aqui relacionadas são representativas da geração de jovens dos anos 1960, que viveram tantas transformações societárias e se posicionaram frente a elas. Nesse sentido, a professora Marilda Villela Iamamoto (2014) afirmou:

isso que eu estou registrando não é só uma história de vida pessoal, isso é expressão pessoal de uma realidade que foi coletiva numa geração, e eu acho que eu registro com esse espírito [...] Revelar pra criar o debate, pra elucidar o passado e os caminhos do presente e do futuro. (IAMAMOTO, 2014, p. 18)

Desafiamo-nos a valorizar e visibilizar as vozes de assistentes sociais que se organizaram na Ação Popular e ousaram lutar contra o terrorismo de Estado por uma nova sociedade. O regime ditatorial tentou calar as suas vozes contestatórias, mas não conseguiu. Elas ecoam até hoje denunciando as atrocidades do terrorismo de Estado. A juventude de hoje necessita escutar e por isso precisamos amplificar os seus depoimentos: para que chegue a cada vez mais pessoas. Não esqueceremos os presos, os exilados e os desaparecidos políticos. A sua história - que é a nossa história - deve ser contada e recontada para que nunca mais aconteça.

Lançamos o olhar para o passado buscando as chaves da compreensão do presente e encontrando os caminhos para o futuro. *Os sonhos sonhados por eles são os sonhos que sonhamos ainda hoje*: o fim da exploração e da opressão e a extinção da propriedade privada dos meios de produção. A luta contra o fascismo é, infelizmente, extremamente atual e é indispensável para que possamos garantir que a nossa profissão se mantenha comprometida com valores ético-políticos democráticos e progressistas.

Muitas e muitos militantes da Ação Popular sofreram a tortura durante esse período sombrio por *sonharem um sonho* diferente daquele que foi pensado para eles. Essa brava resistência marcou um momento da história do país e da profissão. As marcas que permanecem até hoje nos seus corpos e mentes é um discurso que, como afirma Maria Rosângela Batistoni, caracteriza a tortura: "Isso é a tortura - um discurso do torturador no corpo das vítimas." (CFESS, 2017, p. 71-72). Ao denunciarem esses

discursos e as suas consequências, essas e esses militantes cumprem um inestimável papel político.

Demonstramos que o processo de erosão do Serviço Social tradicional recebeu forte influência da Ação Popular através do movimento estudantil e da radicalização da esquerda católica - dois dos quatro condutos elencados por José Paulo Netto (2015). As transformações vividas pela Igreja Católica contribuíram para um contexto de emersão do Serviço Social e das bases sobre as quais nasceria a Ação Popular, ambos filhos de um mesmo processo histórico.

Além disso, a vertente de intenção de ruptura também recebeu a marca da militância da AP, tendo como sua protagonista, a professora Leila Lima Santos, ex-militante apista, dentre outras professoras e estudantes militantes da organização. Quanto aos referenciais teóricos do método BH, demonstramos como a apropriação de Althusser passou inclusive pelas mãos dos apistas, além dos escritos do Padre Henrique Vaz, dentre outros.

Na análise dos depoimentos e das entrevistas, confrontadas à literatura e às fontes documentais, identificamos quatro (04) tendências das inflexões da militância na Ação Popular provocadas no Serviço Social, assim como dos impactos da ditadura civil-militar no trabalho profissional. Essas tendências apresentam um potencial explicativo sobre o modo como a profissão se desenvolveu no campo crítico - que culmina com o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979, o Congresso da Virada, e o Currículo Mínimo de 1982, dentre outras expressões do refinamento das contribuições da vertente intenção de ruptura na contemporaneidade da profissão.

A primeira tendência diz respeito a um caminho comum dentre as assistentes sociais que se engajaram na Ação Popular: terem sido simpatizantes ou militantes das juventudes católicas, mais correntemente da JEC e da JUC. Discutimos anteriormente sobre as bases comuns do Serviço Social e da Ação Popular: a reação católica, um movimento da Igreja para a retomada de seu prestígio e seus privilégios.

A segunda linha comum dentre essas assistentes sociais é a articulação do Desenvolvimento de Comunidade, em especial as experiências com cultura popular e o método Paulo Freire, como possibilidade de atividade profissional que desbordou aquilo que o Serviço Social tradicional oferecia enquanto possibilidades de trabalho profissional. O DC cumpriu, nesse sentido, em importante espaço de vazão dos anseios profissionais identificados com uma concepção mais progressista da sociedade e da profissão.

A indistinção da profissão e da militância política nos antecedentes do golpe civil-militar, nos marcos do processo de erosão do Serviço Social tradicional, é a terceira tendência que marca os depoimentos de assistentes sociais. Há um engajamento na ação profissional, que se identifica com as concepções de homem e de mundo daquelas profissionais e estudantes de Serviço Social, que, por sua vez, estão sintonizadas com o direcionamento ideológico e político da Ação Popular.

Como uma quarta tendência, a se considerar que a aproximação de muitas dessas militantes com o marxismo se deu no marco da militância política, em muitos aspectos fruto da política de orientação para os estudos que a Direção Nacional da AP trouxe para suas bases. Assim, através dos católicos de esquerda, como Mounier, ou mesmo de comentadores de Marx, como Althusser e sua discípula, Marta Hanecker, estudantes e profissionais de Serviço Social realizaram seu primeiro contato com a teoria marxista.

Nas falas das assistentes sociais, percebe-se que o trabalho profissional após o início da ditadura civil-militar passa por alterações importantes. Há aquelas assistentes sociais que deixam de realizar o trabalho comunitário, por não poder mantê-lo conforme a sua concepção de ação profissional comprometida com a classe trabalhadora em decorrência dos riscos perpetrados pela repressão ditatorial, resultando em seu afastamento do trabalho comunitário e da militância política. Há também quem tenha se mantido na militância política e realizando um trabalho sintonizado com a sua atuação militante, com influência direta do partido no seu trabalho, ainda que as atividades subversivas precisassem ser muito discretas. Por fim, percebemos a existência de profissionais que no seu espaço de trabalho profissional exerciam uma prática "esquizofrênica", como a caracterizou Faleiros (2019) e clandestinamente atuavam na militância na Ação Popular. Denota-se o descolamento da ação profissional com a ação militante e isso ocorre em decorrência do caráter repressivo da ditadura civil-militar. Destaca-se também o deslocamento das ações profissionais críticas e comprometidas com as mudanças sociais para dentro da universidade, através de estágios e extensão.

Durante a Operação Limpeza, através dos Inquéritos Policial-Militares, a universidade passou por um processo que afastou docentes e discentes simpatizantes ou militantes sociais. Não obstante, a universidade se manteve enquanto locus de experimentações da prática profissional, através dos estágios e da extensão. O projeto de formação profissional de Belo Horizonte, assim como os ensaios de

alterações curriculares da Universidade Católica de Pelotas - dentre outras que cabe às investigações futuras desvendar - foi possível por a universidade manter uma condição de relativa liberdade - em comparação às instituições, às empresas privadas ou públicas, e, especialmente, ao trabalho de comunidade.

O aprofundamento deste estudo exploratório pode ser realizado em diversas direções. Apontamos a fecundidade em explorar as fontes primárias com as quais o Serviço Social e a Ação Popular articularam seus embasamentos teóricos, como as obras de Emmanuel Mounier, Padre Henrique Vaz, Louis Althusser e Marta Hanecker. Além disso, o exame do acervo do Projeto Brasil: Nunca Mais! através do mapeamento que realizamos tem o potencial de propiciar novas descobertas sobre o processo de resistência dessas assistentes sociais. A realização de entrevistas com o nítido objetivo de discutir esse assunto também poderá contribuir destacadamente no desvendamento desses e de novos questionamentos.

A compreensão da centralidade da história no entendimento da profissão, valorizando os movimentos sociais enquanto protagonistas das mudanças sociais é indispensável para que o entrelaçamento da Ação Popular com o Serviço Social se torne notório.

Por fim, como resultado deste trabalho, ressaltamos o mapeamento e a produção das mini biografias de 23 (vinte e três) assistentes sociais engajados na Ação Popular, quais sejam: Alceu Salamoni, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, Ana Maria Tereza Fróes Batalha, Eva Faleiros, Gilse Maria Consenza Avelar, Iza Guerra, Leila Lima Santos, Lidia Maria Monteiro Rodrigues, Márcia Jorge, Maria Aparecida Guimarães Skorupski, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Helena Tenório, Maria Josefina Becker, Maria Lúcia de Souza, Maria Lucia dos Rezende Garcia, Maria Luiza de Barros, Maria Nakano, Maria Rosângela Batistoni, Marilda Villela Yamamoto, Mariléa Venâncio Porfírio, Rosalina de Santa Cruz, Rosemary Cardoso, Rute Gusmão Pereira de Azevedo, Vicente de Paula Faleiros.

Como nos ensinou o professor Alceu Salamoni, “A vida é feita de sonhos e de sonho de sonhos.” (SALAMONI, 2021, p. 1) e nos coube tratar preliminarmente de como esses sonhos se manifestaram no Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. Entrevista com Maria Helena Tenório de Almeida. CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; DOURADO, Elziane Olina. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 13, 2014.
- AMMANN, Safira. Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- AZEVEDO, Ricardo de. **Por um triz: memórias de um militante da AP**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte. *In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Mônica dos. A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BATISTONI, Maria Rosângela. **O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.193>
- BECKER, Maria Josefina. Entrevista concedida a Thaisa Teixeira Closs, Graziela Scheffer e Jessica Flores Mizoguchi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.
- BECKER, Maria Josefina. Depoimento em Curso de Extensão Memória e História do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- BRASIL NUNCA MAIS. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>
- BRIZOLA, Leonel. Leonel Brizola. *In: Legalidade 25 anos: A Resistência Popular que levou Jango ao Poder*. Porto Alegre: Redactor, 1985.
- CARLOS, Sérgio Antônio. **A Gênese e a Estrutura do Serviço Social Brasileiro no Período Doutrinário Católico**. 1993. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, Sandra Aparecida Portuense de. **Experiências de solidariedade e política: CB-22 - a ação popular no jardim Zaíra (1958-1970)**. 2013. Dissertação

(Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CFESS, Conselho Federal em Serviço Social. **Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura**: depoimentos. Brasília: CFESS, 2017.

CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHEFFER, Graziela; ZACARIAS, Inez da Rocha; MIZOGUCHI, Jessica Flores. Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. *In*: SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez da Rocha. **Serviço Social e Paulo Freire**: Diálogos sobre Educação Popular. Curitiba: Editora CRV, 2021.

DIAS, Cristiane. **A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Histórias da AP**: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP). São Paulo: Alameda, 2021.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a Questão do Humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Entrevista concedida a Graziela Scheffer, Thaisa Teixeira Closs, Inez Zacarias e Jessica Flores Mizoguchi. Juiz de Fora, 2019.

FERREIRA, Maicon Mauricio Vasconcelos. **Nos interstícios do Golpe**: Resistência Da Juventude Em Pernambuco À Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1972). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

FILHO, Mozart Lacerda. **Os caminhos, as pessoas, as idéias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidade e sua geração**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filhos, 2006.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Imagens da Revolução**: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

GAVIÃO, Fábio. **A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOMES, Romeu. A Análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – Expressão Popular, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Entrevista realizada por Antonio Henrique Duarte Lacerda e Helena da Motta Salles. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MACHADO; Graziela Scheffer; CLOSS; Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez da Rocha. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre – RS. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 67-80, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIZOGUCHI, Jessica Flores; CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHEFFER, Graziela; Zacarias, Inez da Rocha. **Pioneiras do Serviço Social: um estudo de perfil a partir das relações de gênero**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 24, n.1, p. 290-310, jan./jun. 2021.

MOUNIER, Emmanuel. **El Personalismo**. Buenos Aires: Eudeba Editorial, 1957.

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez: 2011.

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. **A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

OLIVEIRA, Nilton Cleber de. **A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

PORFÍRIO, Mariléa Venâncio. Entrevista realizada por Antônio Henrique Duarte Lacerda e Helena da Motta Salles. Juiz de Fora: Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, 2014.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

REIS, Débora Ataíde. **Memória(s) militante(s): Narrativas Autobiográficas e Imagens de Resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Chicago: meeting of the Latin American Studies Association, 1998, p. 21. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acesso: 10 out. 2021.

SA, KAROLINA KNEIP DE. **Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SALAMONI, Alceu. Entrevista concedida a Thaisa Teixeira Closs e Jessica Flores Mizoguchi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.

SANTA CRUZ, Rosalina de. Rosalina de Santa Cruz (depoimento, 2002). Rio de Janeiro: CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Maoísmo na Bahia (1967-1970)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Heloísa Nunes dos. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da ação popular**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez da Rocha; MIZOGUCHI, Jessica Flores. O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social brasileiro. in: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez da Rocha. **Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS**. in: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 67 - 80, jan./jul. 2018.

SILVA, Camila de Jesus. **A nova esquerda e sua atuação regional: a Ação popular em Goiás**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2016.

SILVEIRA, Eva Teresinha. **Uma experiência de cultura popular**. 1964. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1964.

YAZBEK; Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; MARTINELLI, Maria Lucia. O Serviço Social Brasileiro em Movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 95, 2008.